



Nota Técnica
12/08
01

**PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2008
CUMPRIMENTO DA META FISCAL
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA**

**2ª AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONTINGENCIAMENTO**

**RESULTADOS DE ABRIL
DESEMPENHO DAS RECEITAS
INVESTIMENTOS FEDERAIS**

Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais

*Flávio Leitão Tavares
Ingo Antonio Luger
José Fernando Cosentino Tavares
Márcia Rodrigues Moura*

11/Junho/2008

Endereços na Internet: <http://www2.camara.gov.br/conheca/estruturaadm/conof> e
<http://www2.camara.gov.br/orcamentobrasil>.

E-mail: conof@camara.gov.br



SUMÁRIO

I – PRINCIPAIS ASPECTOS E CONCLUSÕES	3
II – SOBRE O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DE METAS	6
III –METAS DO EXERCÍCIO	7
IV - MONTANTE E DETERMINANTES DO CONTINGENCIAMENTO	8
V – A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO SETOR PÚBLICO.....	10
VI – CENÁRIO MACROECONÔMICO E PARÂMETROS FISCAIS.....	11
VII – DESPESAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2008	14
VIII – DESPESAS COM INVESTIMENTOS E O PPI	16
IX – REAVALIAÇÃO DE DESPESAS PARA O EXERCÍCIO.....	17
X – TÓPICO ESPECIAL: RELATÓRIO DE RECEITAS	17
X.1 ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2008	17
X.2 ARRECADAÇÃO PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2008.....	21
X.2.1 RECEITA ADMINISTRADA	21
X.2.2 RECEITA NÃO ADMINISTRADA.....	27
XI – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EM MERCADO NO QUADRIMESTRE	28
ANEXO	32



I – PRINCIPAIS ASPECTOS E CONCLUSÕES

1. A meta de superávit primário da União para o primeiro quadrimestre¹ foi amplamente superada e, para os orçamentos fiscal e da seguridade social, o resultado obtido praticamente igualou a meta de R\$ 48,8 bilhões estabelecida para todo o exercício.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO, 2008

Resumo do Cumprimento de Metas⁽¹⁾

(R\$ bilhão)

	I Quadrimestre			Metas (2ª Avaliação)	
	Metas	Realizado	Diferença	Até Agosto	Até Dezembro
Receita Administrada pela RFB ⁽²⁾	154,9	157,3	2,4	303,4	460,2
Arrecadação Líquida do INSS	47,5	47,9	0,4	99,4	162,0
Demais Receitas, exceto FGTS ⁽³⁾	26,5	28,4	1,9	51,3	80,9
Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	0,6	0,6	0,0	1,4	2,2
Total das Receitas Brutas	229,5	234,3	4,7	455,5	705,3
Transferências a Estados e Municípios (-)	41,2	41,3	0,1	83,5	126,5
Receita Líquida (a)	188,3	192,9	4,6	372,0	578,8
Pessoal e Encargos Sociais	42,2	40,6	(1,6)	83,1	134,4
Benefícios da Previdência	61,4	60,4	(1,0)	122,6	200,1
Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	0,6	0,6	0,0	1,4	2,2
Outras Despesas Obrigatórias ⁽⁴⁾	20,4	16,5	(3,9)	43,1	72,4
Despesas Discricionárias de Todos os Poderes	32,7	26,7	(6,0)	75,5	120,8
Total das Despesas (b)	157,3	144,9	(12,4)	325,7	529,9
Resultado Primário + PPI/Acima da linha (c)=(a)-(b)	31,0	48,0	17,0	46,3	48,8
<i>Memorandum:</i>					
Discrepância Estatística (c)	-	0,6	0,6	-	-
Ajuste Metodológico: Recebíveis de Itaipu Binacional ⁽⁵⁾	-	0,1	0,1	-	-
Resultado Primário Fiscal/Seguridade -Bacen (e=a-b+c+d)	31,0	48,7	17,7	46,3	48,8
Resultado Primário das Estatais Federais (f)-Bacen	2,8	(0,1)	(2,9)	10,2	18,5
Resultado Primário do Governo Federal (g=e+f) - Bacen	33,8	48,6	14,8	56,5	67,4
Projeto Piloto de Investimento (PPI) previsto na meta	2,6	-	(2,6)	8,2	13,8
Resultado Primário do Governo Federal, descontada previsão de despesas do PPI da meta (h)	36,4	48,6	12,2	64,7	81,2
Projeto Piloto de Investimento (PPI) executado (i)	1,6	-	(1,6)	8,2	13,8
Resultado Primário do Governo Federal (incluso Estatais) exclusive despesas realizadas do PPI (j=h-i)	34,8	48,6	13,9	56,5	67,4
Déficit da Previdência (RGPS)	13,9	12,5	(1,4)	23,2	38,1

Fonte: Decretos 6.439 e 6.468/08; Relatório de cumprimento de metas; Relatório de avaliação orçamentária do 2º bimestre; Secretaria de Orçamento Federal (MPOG). Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Diferenças podem ocorrer devido a arredondamentos.

⁽²⁾ Não inclui as receitas do INSS.

⁽³⁾ Inclui operações com ativos.

⁽⁴⁾ Inclui créditos extraordinários.

2. O excesso no OGU, segundo o critério de apuração do Banco Central e o Relatório de cumprimento de metas (“Relatório”), foi de R\$ 12,2 bilhões. Esse excesso seria de R\$ 13,9 bilhões, comparando-se o efetivamente apurado pelo Banco Central e a meta, dela descontadas as despesas com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI) efetivamente realizadas.

¹ As metas para abril e agosto foram estabelecidas no Decreto 6.439/08, de 22/4, não tendo sido alteradas pelo Decreto 6.468/07, de 30/5. A meta de dezembro aumentou em aproximadamente R\$ 200 milhões no segundo decreto.



3. O tipo de comparação acima ainda diminui o desvio. Outra forma de apurá-lo consiste em descontar as despesas com o PPI que poderiam ter sido realizadas. Como R\$ 1 bilhão dessas despesas não o foi, o Executivo abriu mão dessa margem, obtendo-se superávit excedente ainda mais elevado, de R\$ 14,9 bilhões.
4. Levando-se em conta ajuste metodológico por conta de pagamentos da Itaipu Binacional ao Tesouro², o excesso coube exclusivamente ao governo central, enquanto as empresas estatais, com resultado nulo, descumpriam a meta que lhes foi estabelecida.
5. O desempenho das receitas, de um lado, contribuiu para que a meta quadrimestral fosse atingida com tanta folga. As receitas ficaram acima da reprogramação oficial em R\$ 4,7 bilhões (R\$ 4,6 bilhões, as receitas líquidas). A arrecadação da Receita Federal do Brasil (RFB), exceto previdenciária, superou a previsão em R\$ 2,4 bilhões, liderada pelos tributos sobre a renda (na fonte, principalmente) e pela Contribuição para o financiamento da seguridade social (Cofins). A contribuição previdenciária superou a meta em R\$ 400 milhões.
6. O bom desempenho da RFB está sendo coadjuvado neste exercício pelas receitas não administradas, cuja previsão para o quadrimestre foi ultrapassada em R\$ 1,9 bilhão.³ Dentre elas destacam-se as receitas diretamente arrecadadas e próprias, de dividendos e, com menor importância, de *royalties*.
7. Não obstante, o desvio da meta quadrimestral decorreu predominantemente da pequena execução das despesas, abaixo do esperado em R\$ 12,4 bilhões.⁴ O ritmo de execução orçamentária decepcionou, pois despesas discricionárias frustaram-se em R\$ 6 bilhões (R\$ 1 bilhão de PPI, como já mencionado) e as demais despesas obrigatórias, sem contar o pagamento de benefícios previdenciários, em pouco mais de R\$ 3,9 bilhões.
8. Em relação ao PPI, deveria ter ocorrido alguma aceleração desses investimentos, já que o projeto vem sendo aumentado substancialmente (de R\$ 4,6 bilhões no começo de 2007, e, em 2008, R\$ 13,8 bilhões) e supostamente atende ações urgentes, estruturantes e de baixa relação custo-benefício. Quanto à perspectiva de a execução do PPI propiciar a redução da meta primária do setor público consolidado para até 3,3% do PIB, está oficialmente descartada com o anúncio da criação do fundo soberano, que, ao contrário, significará a elevação da meta primária para o equivalente a 4,3% do PIB.⁵

² A divulgação do Tesouro Nacional refere-se a esse ajuste metodológico de Itaipu. Ver pag. 8, item 32, do Relatório.

³ No Relatório, é informado que as receitas não administradas no quadrimestre foram de R\$ 1,9 bilhão superior ao previsto, em virtude da antecipação de recolhimento de dividendos pela Petrobrás (R\$ 439 milhões); de receitas de compensações financeiras (R\$ 307,7 milhões acima do estimado); e arrecadação esperada a maior do Fistel e do Adicional ao Frete da Marinha Mercante. Não há informações detalhadas sobre a composição da meta e do realizado, motivo pelo qual deixamos de analisar essa parte da arrecadação do quadrimestre.

⁴ *Grosso modo*, esses valores mais que dobram em relação ao mesmo período de 2007. Para comparar com o cumprimento das metas do primeiro quadrimestre de 2007, ver Nota Técnica 12/07 desta Consultoria em <http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/2007>.

⁵ A perspectiva de criação desse fundo altera o comentário feito na Nota Técnica 8/08 desta Consultoria (ver, em <http://www2.camara.gov.br/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/2008/NT%2007-08%20Contingenciamento%20de%202008.pdf>), em que dissemos, no primeiro parágrafo: "... (d) os limites ao crescimento da carga tributária e das despesas correntes obrigatórias, estabelecidos na LDO de 2006 por iniciativa do Executivo, além de descumpridos, deixaram de ser preocupação das autoridades. Dispositivo com mesmo propósito acrescentado ao projeto de



9. Com a pequena variação da estimativa do PIB para 2008, a meta do governo federal acumulada para dezembro cresceu pouco em relação ao decreto anterior, para R\$ 81,2 bilhões. A meta de superávit dos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R\$ 62,7 bilhões, superior ao que estabeleceu a lei orçamentária⁶. A meta das estatais federais é de R\$ 18,5 bilhões, e sua distribuição entre grupos de empresas continua a mesma da 1^a Avaliação.⁷ Implicitamente governos subnacionais contribuirão com R\$ 27,1 bilhões.
10. Por conta do saldo já conseguido até abril e desconsiderando a sazonalidade, principalmente a da despesa, a meta da União do segundo quadrimestre, incluindo as estatais, já está atendida em 86%, e a do exercício, em 72%.
11. O contingenciamento no exercício foi substancialmente alterado com o Decreto 6.468. De um lado, a reestimativa de receitas líquidas ampliou o espaço para despesas em R\$ 13,9 bilhões, já superando o orçamento em quase R\$ 15,3 bilhões. O aumento nas previsões de receita não foi, como em avaliações bimestrais de exercícios anteriores, a simples incorporação nas estimativas anuais do observado no primeiro quadrimestre. O Executivo projetou para os dois seguintes o desempenho recente da arrecadação, particularmente a administrada pela RFB.
12. O espaço referido anteriormente foi em parte ocupado pelo aumento de despesas obrigatórias, de R\$ 9,1 bilhões; destes, R\$ 7,6 bilhões se devem a reajustes salariais de servidores públicos acima dos previstos no orçamento de 2008, que deverão ser incorporados à lei orçamentária. Com a decisão do STF de sustar a eficácia da MP 405/07 (Lei nº 11.658/08), por considerar não preenchidos os critérios de urgência e relevância para a abertura de créditos extraordinários, o Executivo foi refreado em sua estratégia de contrabalançar com aumento de despesas obrigatórias os excessos previsíveis de arrecadação do exercício.
13. Na 2^a Avaliação Orçamentária, as receitas passam a superar o orçamento, o que, a propósito, implicou o aumento na previsão de despesas com transferências a estados e municípios no âmbito da Lei Kandir e outras compensações por renúncia do ICMS.
14. As receitas de 2008 caminham satisfatoriamente. Antes das transferências a estados e municípios, crescem em relação a 2007 mais de ½ ponto de percentagem do PIB; descontadas as transferências, o aumento é quase nulo. Não se espera que a execução venha a divergir significativamente da última previsão oficial, bastante otimista, mesmo que se confirme a tendência até agora identificada dos indicadores econômico-fiscais.
15. De acordo com a 2^a Avaliação, a carga representada pelas receitas administradas pela RFB deve cair pouco em relação ao desempenho de 2007, bem menos que o equivalente a 1,4% do PIB que representou a CPMF no ano passado. Note-se, em

LDO de 2007 foi vetado; e (e) metas primárias, quando são alteradas formal ou informalmente durante o exercício, visam a corrigir trajetória da dívida pública, nunca contemplar o ciclo econômico”.

⁶ A mudança da meta do superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social reflete também a compensação entre essa meta e a do resultado das estatais federais, que no orçamento foi fixado em 0,75% do PIB e na programação financeira de 2008 restabelecida em 0,65% do PIB.

⁷ Ver a Nota Técnica 7/2008.



particular, que o IOF tem arrecadado e deve continuar arrecadando mais que se previa quando alíquotas foram majoradas a partir de janeiro de 2008, inclusive porque outras incidências foram introduzidas mais tarde. A Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) cobrada às instituições financeiras foi outro tributo reajustado para suprir em parte a falta da CPMF, cuja arrecadação está afetando a receita a partir de maio.

16. A arrecadação líquida da contribuição previdenciária deve avançar 0,2% do PIB, de 2007 para 2008.
17. A carga representada pelas receitas não administradas deve subir em percentagem do PIB, principalmente em função dos *royalties* de petróleo. Também podem vir a oscilar moderadamente, em função do comportamento das variáveis macroeconômicas e dos preços internos e internacionais, e o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos resultados das estatais deste exercício pode ser de certa forma ajustado à programação financeira do Tesouro. Ressalve-se, entretanto, o caso das receitas de operações com ativos, que podem não se realizar.
18. A dívida pública federal de responsabilidade do Tesouro Nacional (DPF), em mercado, diminuiu em R\$ 15,1 bilhões entre dezembro de 2007 e abril de 2008, passando para R\$ 1.330,4 bilhões.⁸ Essa variação decorreu do resgate líquido de R\$ 63,3 bilhões, compensado parcialmente pela apropriação R\$ 48,2 bilhões de juros.
19. A dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi) diminuiu em R\$ 5,8 bilhões, passando para R\$ 1.230,8 bilhões. A dívida pública federal externa (DPFe) também caiu, R\$ 9,3 bilhões entre dezembro de 2006 e abril de 2007, passando para R\$ 99,6 bilhões.
20. Em relação à composição e aos prazos da dívida, nem todos os indicadores melhoraram na comparação do 1º quadrimestre de 2008 com dezembro de 2007. Houve progresso com o aumento do prazo médio de vencimento e com a redução do percentual de títulos vincendo em 12 meses; maior participação de títulos referenciados a índices de preços e menor da dívida vinculada ao câmbio. Negativamente, houve aumento na participação de títulos selicados e redução na dos prefixados, refletindo a tendência ascendente da taxa básica de juros. O esforço da Secretaria do Tesouro Nacional para que não ocorra a substituição de títulos prefixados por selicados pode ser avaliado pelas taxas que são pagas atualmente pelas LTN (13,3% a 15%) e NTN-F (14,4% a 15%), enquanto a Selic está em 12,25%.⁹

II – SOBRE O RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DE METAS

21. Para atender o art. 9º da LRF (§ 4º) e o § 2º do art. 2º da Lei n.º 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Executivo enviou ao Congresso Nacional (Mensagem nº 40,

⁸ Entretanto, quando somada às operações compromissadas e de *swap*, que não constituem dívida sob responsabilidade do Tesouro, houve aumento, conforme mostrado adiante.

⁹ Ver títulos disponíveis para compra no Tesouro Direto em 11/06/2008.



de 2008-CN) relatório de cumprimento da meta de superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do programa de dispêndios globais (PDG) das empresas estatais federais do primeiro quadrimestre de 2008.

22. A meta fixada na LDO é anual. As metas quadrimestrais são estabelecidas no decreto de programação financeira, a ser editado em até 30 dias após a sanção da lei orçamentária, e em suas atualizações. Em 2008, a lei orçamentária foi sancionada em 24 de março e o Decreto 6.439, de programação, foi baixado em 22 de abril.
23. Uma importante novidade, que passou a constar desse Relatório em 2006 por exigência da LDO, permanece válida em 2008. Refere-se ao comportamento da dívida pública federal no quadrimestre, objeto do Anexo 2, que passa a ser contemplado nas audiências do Tesouro Nacional. Ela se destaca por incorporar aos trabalhos da Comissão de Orçamento o debate periódico dos determinantes da evolução da dívida.
24. Para 2008, a novidade é o Anexo 3, que traz o resultado primário obtido até o quadrimestre, em milhões de reais, com maior nível de detalhamento. Infelizmente, a meta continuou sendo estabelecida em bilhões de reais e com apenas quatro itens de despesa, o que ainda impede analisar pormenorizadamente os desvios em relação à meta.

III –METAS DO EXERCÍCIO

25. O primeiro decreto de programação orçamentária de 2008 limitou, em relação à lei, o empenho, a movimentação financeira e os pagamentos de despesas discricionárias do Executivo em R\$ 19,2 bilhões. O segundo decreto liberou R\$ 4,5 bilhões, permanecendo R\$ 14,7 bilhões contingenciados, como mostra a Tabela da página seguinte (linha g).
26. O contingenciamento permanece elevado não obstante a reestimativa de receitas do Executivo superar por ampla margem a do Congresso. A reestimativa do Executivo supera a da lei liquidamente em R\$ 15,3 bilhões, apesar da extinção da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF).
27. Sem considerar as despesas do PPI, o Executivo pode despesar discricionariamente R\$ 100,7 bilhões, R\$ 12,4 bilhões a menos do que se pretendia na proposta, evidenciando que o contingenciamento se deve ao reconhecimento de despesas não incorporadas na lei orçamentária.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2008

Resumo do Contingenciamento das Despesas do Executivo nos Decretos de Programação Financeira ⁽¹⁾

	Proposta		Lei		Decreto 6.439/08 (1ª Avaliação)		Decreto 6.468/08 (2ª Avaliação)		Variação do Decreto 6.468 em Relação a	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	
Receita Administrada pela SRF ⁽²⁾	448,6	16,3	443,8	15,7	448,1	15,8	460,2	16,2	16,4	12,1
Arrecadação Líquida do INSS	157,1	5,7	161,7	5,7	159,9	5,6	162,0	5,7	0,3	2,1
Demais Receitas ⁽³⁾	77,0	2,8	82,0	2,9	79,1	2,8	83,2	2,9	1,2	4,1
Total das Receitas Brutas	682,7	24,9	687,6	24,4	687,1	24,2	705,4	24,8	17,8	18,3
Transferências a Estados e Municípios (-)	117,1	4,3	124,0	4,4	122,1	4,3	126,5	4,4	2,5	4,4
Receita Líquida (a)	565,6	20,6	563,6	20,0	565,0	19,9	578,9	20,3	15,3	13,9
Pessoal e Encargos Sociais	130,0	4,7	126,9	4,5	126,9	4,5	134,4	4,7	7,6	7,6
Benefícios da Previdência	198,7	7,2	199,4	7,1	200,4	7,1	200,1	7,0	0,7	(0,2)
Demais Despesas Vinculadas ao Mínimo	34,4	1,3	34,7	0,7	36,7	0,7	36,8	1,3	2,0	0,1
Créditos Extraordinários	0,0	0,0	0,0	0,0	11,0	0,4	11,1	0,4	11,1	0,1
Outras Despesas Obrigatórias	22,4	0,8	21,3	1,3	25,2	1,4	26,7	0,9	5,4	1,5
Despesas Obrigatórias ⁽⁴⁾ (b)	385,5	14,0	382,3	13,6	400,1	14,1	409,2	14,4	26,9	9,1
Legislativo, Judiciário e MPU (c)	6,6	0,2	6,5	0,2	6,3	0,2	6,3	0,2	(0,1)	0,1
Meta de Resultado Primário (d)	60,4	2,2	59,4	2,1	62,4	2,2	62,7	2,2	3,3	0,2
Margem Discricionária (e)=(a)-(b)-(c)-(d)	113,1	4,1	115,4	4,1	96,2	3,4	100,7	3,5	(14,7)	4,5
Projeto Piloto de Investimento (PPI) (f)	13,8	0,5	13,8	0,5	13,8	0,5	13,8	0,5	-	-
Desp. Discricionárias do Executivo (g)=(e)+(f)	126,9	4,6	129,2	4,6	110,0	3,9	114,5	4,0	(14,7)	4,5
Resultado Primário + PPI (h)=(d)-(f)	46,6	1,7	45,6	1,6	48,6	1,7	48,8	1,7	3,3	0,2
Total das Despesas (i)=(b)+(c)+(g)	519,0	18,9	518,0	18,3	516,4	18,2	530,0	18,6	12,0	13,6
<u>Memorando:</u>										
Déficit da Previdência (RGPS)	(41,6)	(1,5)	(37,7)	(1,3)	(40,5)	(1,4)	(38,1)	(1,3)	(0,4)	2,3
PIB (R\$ bilhão)	2.744,8	100	2.819,5	100	2.837,9	100	2.848,8	100

Fonte: Orçamento de 2008; Decretos citados; 1º e 2º Relatórios de Avaliação Orçamentária; e Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MPOG). Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Dados preliminares. Diferenças podem ocorrer devido a arredondamentos.

⁽²⁾ Não inclui as receitas do INSS.

⁽³⁾ Inclui operações com ativos.

⁽⁴⁾ Critério dos decretos de contingenciamento. Inclui despesas extra-orçamentárias e créditos extraordinários reabertos/restos a pagar desses créditos. Não inclui, na proposta, reserva de contingência para emendas parlamentares.

IV - MONTANTE E DETERMINANTES DO CONTINGENCIAMENTO

28. A limitação de despesas corresponde à soma das diferenças, em relação à lei, das reestimativas atualizadas das receitas pertencentes à União, das demais despesas obrigatórias e da meta nominal de superávit primário. A Tabela seguinte mostra os determinantes do contingenciamento.



ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2008

Determinantes do Contingenciamento de Despesas do Executivo nos Decretos de Programação Financeira⁽¹⁾
(R\$ milhão)

Item de Variação em Relação a Lei	1ª Avaliação		2ª Avaliação	
	Decreto 6.439/abril		Decreto 6.468/mai	
	Valor	%	Valor	%
Aumento da Previsão de Receitas Líquidas	1.404,8	7,3	15.280,2	104,0
<i>Receitas Administradas</i>	4.249,8	22,1	16.377,4	111,4
<i>Receitas Não Administradas</i>	(2.890,0)	(15,1)	1.165,0	7,9
<i>Arrecadação do INSS</i>	(1.824,3)	(9,5)	291,7	2,0
<i>Transferências a Estados e Municípios</i>	1.869,3	9,7	(2.536,8)	(17,3)
Aumento da Necessidade de Superávit	3.024,1	15,8	3.262,2	22,2
<i>Aumento da Estimativa do PIB</i>	324,3	1,7	632,6	4,3
<i>Redução da Meta das Estatais Federais</i>	2.699,9	14,1	2.629,5	17,9
Aumento de Despesas Obrigatórias	17.573,5	91,6	26.712,9	181,8
<i>Pessoal e Encargos</i>	-	-	7.588,7	51,6
<i>Benefícios Previdenciários</i>	947,8	4,9	717,2	4,9
<i>Benefícios Assistenciais Vinculados ao Mínimo</i>	1.911,9	10,0	2.027,1	13,8
<i>Créditos Extraordinários</i>	11.041,1	57,5	11.107,3	75,6
<i>Outras Despesas Obrigatórias</i>	3.672,7	19,1	5.272,6	35,9
Contingenciamento	19.192,9	100,0	14.694,9	100,0
<u>Memorando:</u>				
<i>Contingenciamento na Saúde</i>	2.467,7	12,9	2.467,7	16,8

Fonte: SOF/MPOG; tabelas desta Nota. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Diferenças podem decorrer de arredondamento.

⁽²⁾ Inclui créditos extraordinários.

29. Os elementos que colaboraram, positiva ou negativamente, na determinação do total contingenciado são: (1) aumento das despesas orçamentárias obrigatórias (não mostrado destacadamente na tabela), recalculadas pelo Executivo (R\$ 12,2 bilhões), incluindo recomposição de dotação para subsídios agrícolas; (2) discordância do Executivo quanto à reestimativa de receitas do Congresso¹⁰ (R\$ 15,3 bilhões líquidos, a mais); (3) mudança da meta do superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social, refletindo a estimativa mais atualizada do PIB e a compensação entre essa meta e a do resultado das estatais federais¹¹

¹⁰ De todos os valores que implicam o contingenciamento, a única hipótese explicitamente amparada pela LRF: "Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias....". No caso em tela, as reestimativas de receita são a maior e vão na direção contrária de qualquer limitação ao empenho e à movimentação financeira no exercício.

¹¹ LDO, art. 2º: "A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2008 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário para o setor público consolidado, equivalente a 3,80% (três inteiros e oitenta centésimos por cento) do Produto Interno Bruto - PIB, sendo 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo III desta Lei.



(R\$ 2,6 bilhões a menos); (4) créditos extraordinários: restos a pagar desses créditos, a serem presumivelmente executados em 2008; do exercício anterior, reabertos; e os abertos em 2008 (R\$ 11,1 bilhões); e (5) compensação para o aumento das despesas obrigatórias extraorçamentárias (não mostrado separadamente na tabela), calculadas pelo Executivo, em empréstimos líquidos (*net lending*) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (R\$ 1,4 bilhão), cédulas e moedas (pouco mais de R\$ 600 milhões) e subsídios para os fundos de desenvolvimento do Norte e do Nordeste (R\$ 1,4 bilhão), que se refletirão na apuração do resultado pelo Banco Central.

30. O aumento das despesas obrigatórias da lei para o segundo decreto (R\$ 26,7 bilhões) representa 182% do valor contingenciado. Os créditos extraordinários representam quase 76% do valor contingenciado. Desses, R\$ 8,1 bilhões (que a tabela não mostra) correspondem a restos a pagar desses créditos abertos em exercícios anteriores a 2008. O contingenciamento só não é maior em virtude da excelente arrecadação.

V – A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO SETOR PÚBLICO

31. As metas de resultado primário do governo “cheias” (i.e., sem aproveitamento da redução da meta por conta da execução do PPI, facultado desde 2005) foram sistematicamente superadas até 2005, mesmo em anos em que foram aumentadas oficialmente durante o exercício. Essa tendência mudou em 2006¹². Regra geral, resultados elevados têm sido conseguidos com receitas crescentes. As despesas primárias do governo central também aumentam, puxadas pelas despesas obrigatórias correntes.
32. Como mostra a Tabela da próxima página, o superávit primário em proporção do PIB, que cresceu até 2005, caiu em 2006-2007, e volta a subir nos primeiros meses de 2008, prenunciando, se mantida a diferença em relação ao mesmo período do ano anterior, a formação do fundo fiscal anticíclico.
33. De fato, o setor público não financeiro apresentou superávit primário expressivo até abril, equivalente a 6,8% do PIB, bem acima do realizado no mesmo período de 2007. A contar de 1999, é o melhor resultado acumulado até abril.
34. Em 2008, a melhora do resultado primário resulta na maior parte do esforço crescente do governo central, incluindo a queda significativa do déficit do INSS, cuja posição já havia melhorado em 2007. Os governos regionais estão apresentando, em ano eleitoral, ritmo mais elevado de gastos. As estatais federais também decepcionaram.
35. No acumulado de 12 meses, o resultado primário consolidado em abril foi de 4,2% do PIB, acima da meta de 3,8% do PIB, para o ano. Esse resultado permitiu a obtenção, pela primeira vez, de superávit nominal no acumulado até abril.

§ 1º Poderá haver compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais de que trata o art. 12, inciso VI, desta Lei.

¹²”

Ver, a propósito do cumprimento das metas de 2006, Nota Técnica 10, de 2007.



DÍVIDA LÍQUIDA E NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO, 2004-2008

	2004	2005	2006	2007	Fevereiro				Abril			
					No/Até o mês		12 meses		No/Até o mês		12 meses	
					2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
(% do PIB)												
<u>Dívida Líquida⁽¹⁾</u>												
Dívida Líquida Total	46,99	46,45	44,72	42,67	44,45	42,19	43,90	40,95
Dívida interna líquida	40,17	44,12	47,38	51,68	48,51	51,39	49,81	50,43
Dívida externa líquida	6,82	2,33	(2,66)	(9,01)	(4,05)	(9,20)	(5,91)	(9,47)
Governo Federal e Banco Central	29,53	30,78	30,83	30,30	30,71	29,77	30,66	28,79
Governos Regionais	19,03	17,78	16,51	15,03	16,25	14,95	15,85	14,67
Empresas Estatais Federais	(1,58)	(2,11)	(2,62)	(2,65)	(2,50)	(2,53)	(2,61)	(2,51)
<u>Necessidades de Financiamento do Setor Público⁽²⁾</u>												
Nominal	2,43	2,96	3,00	2,26	1,22	0,21	2,16	2,07	0,05	(0,76)	2,22	1,90
Governo Central	0,64	2,75	2,42	1,69	1,42	(0,95)	1,66	1,29	0,51	(1,67)	1,78	0,91
Governo Federal e Banco Central	1,39	3,41	3,19	2,33	1,13	(0,88)	2,50	1,96	1,00	(1,50)	2,53	1,43
Empresas Estatais Federais	(0,75)	(0,66)	(0,77)	(0,64)	0,29	(0,07)	(0,84)	(0,68)	(0,49)	-0,17	(0,75)	(0,52)
Governos Regionais	1,79	0,21	0,57	0,57	(0,20)	1,16	0,50	0,79	(0,46)	0,91	0,44	1,00
Juros Nominais	6,61	7,32	6,86	6,23	6,34	6,43	6,49	6,25	6,36	6,06	6,39	6,14
Governo Central	3,80	5,96	5,20	4,48	4,65	3,53	4,82	4,30	4,94	3,70	4,67	4,08
Governo Federal e Banco Central	4,09	6,01	5,39	4,65	4,81	3,80	5,01	4,48	5,15	3,88	4,85	4,24
Empresas Estatais Federais	(0,29)	(0,05)	(0,19)	(0,17)	(0,16)	(0,27)	(0,19)	(0,19)	(0,20)	(0,18)	(0,18)	(0,16)
Governos Regionais	2,81	1,36	1,65	1,75	1,69	2,90	1,68	1,96	1,42	2,36	1,71	2,06
Primário	(4,18)	(4,35)	(3,86)	(3,97)	(5,12)	(6,22)	(4,33)	(4,18)	(6,31)	(6,82)	(4,16)	(4,23)
Governo Central	(3,16)	(3,21)	(2,78)	(2,79)	(3,23)	(4,48)	(3,15)	(3,01)	(4,43)	(5,37)	(2,89)	(3,17)
Governo Federal e Banco Central	(2,70)	(2,60)	(2,20)	(2,32)	(3,68)	(4,68)	(2,50)	(2,52)	(4,14)	(5,38)	(2,33)	(2,81)
sendo: INSS	1,61	1,75	1,80	1,75	1,65	1,60	1,74	1,74	1,75	1,38	1,81	1,63
Empresas Estatais Federais	(0,46)	(0,61)	(0,58)	(0,47)	0,45	0,20	(0,65)	(0,49)	(0,29)	0,01	(0,56)	(0,36)
Governos Regionais	(1,02)	(1,14)	(1,08)	(1,18)	(1,89)	(1,74)	(1,18)	(1,17)	(1,88)	(1,45)	(1,27)	(1,06)
(R\$ milhões)												
Primário	(81.112)	(93.505)	(90.144)	(101.606)	(20.136)	(27.629)	(102.485)	(109.099)	(50.732)	(61.743)	(100.469)	(112.618)
Governo Central	(61.322)	(68.920)	(64.895)	(71.347)	(12.696)	(19.906)	(74.657)	(78.558)	(35.622)	(48.644)	(69.755)	(84.369)
Governo Federal e Banco Central	(52.385)	(55.741)	(51.352)	(59.439)	(14.465)	(20.794)	(59.235)	(65.767)	(33.297)	(48.693)	(56.141)	(74.835)
Governo Federal sem INSS	(84.040)	(93.629)	(93.589)	(104.965)	(21.034)	(27.967)	(100.762)	(111.898)	(47.540)	(61.361)	(100.106)	(118.786)
INSS	31.318	37.576	42.065	44.882	6.492	7.116	41.272	45.506	14.048	12.539	43.606	43.373
Bacen	336	312	172	645	78	57	255	625	195	128	359	578
Empresas Estatais Federais	(8.937)	(13.178)	(13.544)	(11.909)	1.770	887	(15.422)	(12.791)	(2.324)	50	(13.615)	(9.535)
Governos Regionais	(19.789)	(24.585)	(25.249)	(30.259)	(7.440)	(7.723)	(27.828)	(30.541)	(15.110)	(13.100)	(30.713)	(28.249)
<u>Memorando:</u>												
PIB Nominal (R\$ bilhões)	1.941,50	2.147,24	2.332,94	2.558,82	393,14	444,47	2.366,94	2.610,15	803,89	905,38	2.413,14	2.660,31
PIB Valorizado ⁽¹⁾ (R\$ bilhões)	2.036,74	2.157,44	2.387,00	2.695,76	2.421,22	2.742,46	2.458,84	2.816,19

Fonte: Banco Central do Brasil.

⁽¹⁾ PIB dos últimos 12 meses a preços de dezembro. Deflator: IGP centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

⁽²⁾ Valores correntes. Valores negativos correspondem a superávit.

36. A dívida líquida do setor público encerrou abril em quase 41% do PIB estimado (cerca de R\$ 1,2 trilhão). Foi de 42,7% do PIB em dezembro de 2007, e a expectativa do mercado é de que chegue a 41,15% do PIB no fim de 2008, e que continue caindo moderadamente em 2009. A dívida pública líquida, em relação ao PIB, segue uma lenta trajetória de queda, com algumas peculiaridades: (a) a dívida das esferas subnacionais vem caindo rapidamente; (b) a dívida do governo central inverte tendência anterior e começa, em 2007, a cair, com moderação; (c) a dívida das estatais federais é negativa, e sua posição credora melhora até fevereiro de 2008; e (d) a dívida pública interna vem se acelerando, em contraposição à posição externa credora.

VI – CENÁRIO MACROECONÔMICO E PARÂMETROS FISCAIS

37. A Tabela seguinte compara dados de 2007 e projeções do mercado, do Congresso e do Executivo para 2008, incluindo a atualização com hipóteses de comportamento das variáveis econômicas estabelecidas em 12 de maio relativamente a preços, juros e outros parâmetros (Decreto 6.468).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

PRINCIPAIS PARÂMETROS E PROJEÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS, 2007-2008 ⁽¹⁾						
Variável/indicador	2007	2008				
	Realizado	LDO 2008	Orçamento 2008 (Congresso)	Decreto 6.439/08 1ª Avaliação PLDO 2009	Decreto 6.468/08 2ª Avaliação Quadril	Mercado 6/6/08
Produto e Crescimento						
PIB nominal (R\$ bilhões)	2.558,821	2.765,626	2.806,571	2.837,936	2.848,758	...
Crescimento nominal do PIB (% a.a.)	9,68	9,45	9,95	10,91	11,33	...
Crescimento real do PIB (% a.a.)	5,42	5,00	5,00	5,00	5,00	4,77
Preços e Câmbio						
Deflator implícito do PIB (% a.a.)	4,05	4,24	4,76	5,63	6,03	6,67
Inflação IGP-DI (% a.a.)	7,89	...	4,68	5,65	6,28	9,01
Inflação IGP-DI médio (% a.a.)	5,08	3,97	7,73	8,57	9,20	10,57
Inflação IPCA (% a.a.)	4,46	4,50	4,20	4,50	4,74	5,55
Inflação IPCA médio (% a.a.)	3,64	...	4,37	4,64	4,97	5,37
Inflação INPC (% a.a.)	5,16	...	4,10	4,34	4,99	5,89
IER (% a.a.)	4,29	...	5,88	6,41	6,88	7,71
Câmbio fim de período (R\$/US\$)	1,77	2,23	1,80	1,77	1,73	1,70
Câmbio médio (R\$/US\$)	1,95	...	1,78	1,72	1,71	1,70
Preço médio do petróleo Brent (US\$)	72,09	...	90,00	100,67	110,86	...
Salários e Massa Salarial						
Inflação INPC reajuste do mínimo (%) ⁽²⁾	3,30	3,52	4,60	4,97	4,97	...
Salário Mínimo (R\$)	380,00	404,77	412,42	415,00	415,00	...
Reajuste do salário mínimo (%)	8,57	6,52	8,53	9,21	9,21	...
Reajuste dos demais benefícios INSS (%)	3,30	3,52	4,60	5,00	5,00	...
Massa salarial (variação média %)	12,18	12,88	11,25	12,59	14,69	...
Dívida Pública e Juros						
Selic fim de período (% a.a.)	11,18	...	10,50	11,25	...	14,00
Selic média acumulada (% a.a.)	11,88	11,02	11,00	11,34	12,28	12,53
Juros reais da dívida pública (% a.a.)	7,10	6,24	6,53	6,54	7,20	...
TJLP fim de período (% a.a.)	6,25	6,50	6,25	6,25	6,25	...
Indicadores Fiscais em % do PIB						
Resultado Primário Consolidado	3,97	3,80	3,80	3,80	3,80	3,80
Resultado Primário Governo Central	2,79	2,85	2,85	2,85	2,85	...
Resultado Primário Estatais Federais	0,47	0,65	0,75	0,65	0,65	...
Resultado Primário Governos Regionais	1,18	0,95	0,95	0,95	0,95	...
Juros Nominais Setor Público Consolidado	(6,23)	(5,29)
Juros Nominais Governo Central	(4,48)
Resultado Nominal Consolidado	(2,26)	(1,49)
Dívida líquida (% do PIB)	42,67	41,40	42,00	40,90	...	41,15
Outros Indicadores⁽³⁾						
Bebidas: quantidade (variação %)	5,37	...	5,37	5,50	7,44	...
Fumo: quantidade (variação %)	(2,15)	...	0,00	(2,00)	(1,00)	...
Veículos: quantidade (variação %)	24,31	...	17,50	20,01	32,83	...
Veículos: preço (variação %)	2,37	...	3,11	4,10	3,73	...
Importação sem combustível (variação %)	32,11	...	17,61	24,71	18,49	...

Fonte: Orçamento 2008; Projeto de LDO para 2009; IBGE; Banco Central do Brasil; Relatório de Mercado de 6/6/08; decreto citados; 1º e 2º Relatórios de Avaliação Orçamentária de 2008; Relatórios do Comitê de Receitas de 2008; e informações complementares. Cálculos, estimativas e elaboração dos autores.

⁽¹⁾Valores em itálico estimados pelos autores, incluindo expectativas de mercado.

⁽²⁾Período entre dois reajustes consecutivos.

⁽³⁾Na avaliações de 2008, variações no período de março a dezembro e de maio a dezembro.



38. Em especial, no confronto com o Decreto 6.439 (parâmetros de 17 de março), observa-se o agravamento dos índices de inflação. Os prognósticos recentes do mercado são ainda piores.
39. O crescimento em 2007 foi revisto pelo IBGE para 5,4% entre a aprovação do orçamento de 2008 (com 5,2%) e o primeiro decreto de contingenciamento. O PIB nominal de 2008 aumenta a cada reestimativa oficial, por conta do deflator, embora mantida a hipótese de crescimento real de 5%. O Banco Central, no último Relatório de Inflação (março), reviu sua estimativa de crescimento do PIB em 2008 para 4,8%. O mercado em 6 de junho ainda projetava crescimento real menor para 2008 (quase 4,8%), aproximando-se paulatinamente da previsão oficial. O IPEA já prevê crescimento de 5%, a despeito da queda das exportações, refletindo a expansão do consumo interno (emprego e crédito). Caso o PIB venha a ser maior, a arrecadação será influenciada positivamente.
40. O IBGE divulgou ontem os primeiros resultados das contas nacionais relativos ao primeiro trimestre de 2008, e o crescimento do PIB em relação ao mesmo trimestre de 2007 foi de 5,8%, acima dos 5,66% que eram esperados pelo mercado. No entanto, o crescimento do primeiro trimestre de 2008 em relação ao último de 2007 mostra desaceleração, comparativamente com o crescimento do último trimestre de 2007, em relação ao penúltimo e em relação ao seu correspondente em 2006. Outro fator a considerar é que os aumentos da taxa básica de juros ocorridos em abril e junho não influenciaram ainda a economia.
41. Todos os índices de preços aumentam no Decreto 6.468 em relação às estimativas anteriores, incluindo o IPCA (4,74%) que já ultrapassa o centro da meta fixada pelo Banco Central (4,5%). O mercado, por sua vez, acredita em mais inflação, qualquer que seja a medida dos preços. Em razão da aceleração do IPCA e do IGP-di, o índice específico da receita, ponderado, também cresce.
42. O IGP-di já acumula 5,16% até maio e 12,14% em 12 meses, causando apreensão quanto ao que vai, com defasagem, ocorrer com o IPCA e com o INPC, e também porque no IGP-di se baseia em grande proporção a correção dos chamados preços administrados. Dados de hoje aqueceram o debate sobre inflação e tornaram ultrapassadas as últimas expectativas do mercado. O IPCA de maio foi de 0,79%, difundidos em 70% dos produtos que compõem o índice, e acima do que esperava o mercado (0,66%), acumulando 2,88% em 5 meses. O INPC, que serve como índice para o reajuste do salário mínimo, fechou maio com 0,96%, acumulou 3,32% no ano e 6,64% nos últimos 12 meses.
43. A evolução do mercado internacional de petróleo é outro elemento que surpreende.
44. A expectativa do Decreto 6.468 quanto ao câmbio em dezembro (R\$ 1,73/US\$1) é de maior valorização do real, em comparação com a previsão do orçamento (R\$ 1,80) e do decreto anterior (R\$ 1,77). O mercado prevê R\$ 1,70, já após a elevação, por duas vezes, dos juros pelo Copom neste ano.
45. A expectativa quanto à taxa básica de juros é de continuar em alta. No Decreto 6.468 prevê-se que a Selic média será de quase 12,3% a.a. (1 p.p acima da previsão do primeiro decreto de contingenciamento). O mercado tem expectativa



mais elevada ainda para a taxa média, mais de 12,5% a.a., ao mesmo tempo que em 6 de junho esperava 14% para dezembro.

46. A estimativa de crescimento da massa salarial em 2008 aumenta de 11,25% na lei, para 14,7%. Em relação à lei, o aumento é coerente com salário mínimo um pouco mais elevado e bons reajustes obtidos pelos trabalhadores em negociações coletivas recentes. Da 1^a Avaliação para a 2^a, reflete a queda recorde no desemprego, a maior formalização e a escassez de mão de obra qualificada. O índice de reajuste dos benefícios previdenciários com valor acima do salário mínimo foi de 5%, quando no orçamento se previu 4,6%.
47. Todas as alterações citadas¹³ acima operaram no sentido do aumento das receitas em relação à lei, ainda mais elevadas que o previsto na 2^a Avaliação se o mercado estiver correto.
48. Em relação a parâmetros específicos de receitas, que afetam itens relevantes da arrecadação, como tributos indiretos sobre bebidas e veículos, houve mudanças afetando positivamente as receitas. Cai a previsão do aumento das importações no restante do ano, em relação ao esperado de março a dezembro na 1^a Avaliação.

VII – DESPESAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2008

49. Pela primeira vez, o Relatório traz as despesas realizadas no quadrimestre com maior detalhamento e em milhões de reais¹⁴. Não há informações, contudo, sobre a composição da meta, que permanece sendo estabelecida nos decretos de forma agrupada e em bilhões.
50. Como já foi visto, em termos nominais R\$ 12,4 bilhões de despesas programadas deixaram de ser executadas no período, dos quais R\$ 1,2 bilhão em pessoal, R\$ 1 bilhão em benefícios previdenciários, R\$ 3,9 bilhões em despesas obrigatórias e R\$ 6 bilhões em despesas discricionárias de todos os poderes.
51. Tomando-se como base a 2^a Avaliação, observa-se que findo 1/3 do exercício, pouco mais de 27% das despesas foram realizadas, conforme Tabela da página seguinte.
52. O item de maior execução foi o de sentenças judiciais (79%), cujo pagamento se concentra fortemente em início de ano.¹⁵
53. Por outro lado, a execução dos subsídios não alcançou 9% da previsão anual. Também em 2007 verificou-se comportamento similar. Cerca de 40% dos subsídios não transitam no orçamento.

¹³ A valorização do real pode acarretar maior volume das importações, que pode por sua vez compensar o efeito da redução do preço em reais das mercadorias, resultando então em maiores arrecadações do imposto de importação e do IPI vinculado à importação.

¹⁴ Ver Lei 11.514, de 2007, art. 2º, §3º, inciso III.

¹⁵ No mesmo quadrimestre de 2007, por exemplo, quase 70% dos recursos já haviam sido desembolsados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTO 2007-2008 ⁽¹⁾

Despesas Primárias e Resultado da União

Discriminação	2007		2008							
	Realizado	Proposta		Lei		Decreto 6.468		1º Quadrimestre (Realizado)		2º e 3º Quadrimestre
		% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% Execução
TOTAL DAS DESPESAS	18,00	519.026,8	18,91	518.014,2	18,37	530.032,3	18,61	144.899,0	27,34	385.133,3
Pessoal e Encargos Sociais	4,60	130.029,9	4,74	126.855,0	4,50	134.443,7	4,72	40.632,0	30,22	93.811,7
Benefícios da Previdência	7,24	198.702,5	7,24	199.432,0	7,07	200.149,3	7,03	60.449,0	30,20	139.700,3
Demais Despesas Vinculadas ao Salário Mínimo	1,23	34.374,5	1,25	34.747,1	1,23	36.774,1	1,29	9.704,0	26,39	27.070,1
Abono e Seguro Desemprego	0,70	19.125,9	0,70	19.337,9	0,69	21.172,1	0,74	4.710,0	22,25	16.462,1
Lei Orgânica de Assistência Social	0,45	13.430,7	0,49	13.516,5	0,48	13.747,8	0,48	4.373,0	31,81	9.374,8
Renda Mensal Vitalícia	0,07	1.817,9	0,07	1.892,7	0,07	1.854,2	0,07	621,0	33,49	1.233,2
Compensação Estados Exportadores ICMS	0,15	3.900,0	0,14	3.900,0	0,14	5.200,0	0,18	666,0	12,81	4.534,0
Outras Despesas Obrigatórias	0,52	18.516,7	0,67	17.407,0	0,62	32.634,3	1,15	6.740,0	20,65	25.894,3
Subsídios e Subvenções	0,38	10.191,0	0,37	9.079,1	0,32	11.002,3	0,39	894,0	8,13	10.108,3
Sentenças Judiciais - Demais	0,05	1.783,6	0,06	1.783,6	0,06	1.783,6	0,06	1.408,0	78,94	375,6
Fundef/Fundeb - Complementação	0,08	3.137,2	0,11	3.137,2	0,11	3.174,0	0,11	635,0	20,01	2.539,0
Doações	0,00	176,7	0,01	176,7	0,01	176,7	0,01	93,0	52,63	83,7
Convênios	0,01	250,8	0,01	250,8	0,01	241,9	0,01	-	-	241,9
FDA / FDNE/SUDAM/SUDENE	0,01	-	-	-	-	1.442,6	0,05	161,0	11,16	1.281,6
Indenizações - Proagro	0,00	209,3	0,01	209,3	0,01	-	-	-	-	-
Fundo Constitucional do DF	0,02	579,3	0,02	581,5	0,02	579,3	0,02	127,0	21,92	452,3
Créditos Extraordinários	-	-	-	-	-	11.107,3	0,39	2.706,0	24,36	8.401,3
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de Cédulas e Moedas	0,02	-	-	-	-	634,1	0,02	115,0	18,13	519,1
FGTS	0,08	1.933,7	0,07	1.933,7	0,07	2.238,7	0,08	601,0	26,85	1.637,7
Transferência Agência Nacional de Águas	0,00	28,4	0,00	28,4	0,00	27,0	0,00	-	-	27,0
Anistiodados	0,01	226,7	0,01	226,7	0,01	226,7	0,01	-	-	226,7
Ajuste Caixa/Competência	(0,13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Legislativo/Judiciário/MPU	0,21	6.613,8	0,24	6.482,1	0,23	6.334,8	0,22	-	-	6.334,8
Discricionárias - Executivo	4,06	126.889,3	4,62	129.191,0	4,58	114.496,2	4,02	26.708,0	23,33	87.788,2
Discricionárias	4,44	109.152,8	3,98	115.366,8	4,09	100.672,0	3,53	25.071,0	24,90	75.601,0
Ajuste Caixa/Competência	(0,58)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projeto Piloto de Investimento	0,20	13.825,0	0,50	13.824,2	0,49	13.824,2	0,49	1.637,0	11,84	12.187,2
Discrepância Estatística	0,06	-	-	-	-	-	-	659,0	-	(659,0)
PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE										
Com PPI	2,32	46.561,3	1,70	45.586,3	1,62	48.848,5	1,71	48.695,0	99,69	153,5
Sem PPI	2,52	60.386,3	2,20	59.410,5	2,11	62.672,7	2,20	50.332,0	80,31	12.340,7
PRIMÁRIO ESTATAIS FEDERAIS	0,47	17.840,7	0,65	21.146,5	0,75	18.516,9	0,65	(50,0)	(0,27)	18.566,9
Memorando:										
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA	(1,75)	(41.639,3)	(1,52)	(37.692,0)	(1,34)	(38.117,6)	(1,34)	(12.539,0)	32,90	(25.578,6)

Fonte: Secretarias de Orçamento Federal (SOF/MPO). Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Valores em itálicos sujeitos a confirmação.

54. Outras despesas obrigatórias de natureza extraorçamentária apresentaram baixa execução no quadrimestre: fabricação de cédulas e moedas, créditos extraordinários e fundos ADA/ADENE. Estes dois últimos fundos, por sinal, foram projetados em mais de R\$ 1,2 bilhão em 2007, mas a execução ao final do exercício não chegou a R\$ 300 milhões, situação que pode se repetir em 2008.
55. Outro item obrigatório, de execução insuficiente e objeto de queixas das autoridades estaduais, é a despesa com compensação a estados exportadores por desonerações do ICMS, com menos de 13% (ou 17%, se não houvesse aumentado).
56. Menos de ¼ dos créditos extraordinários, reabertos ou abertos neste exercício em razão da urgência da despesa correspondente, foi executado em quatro meses.
57. Parte das despesas discricionárias só pode ser executada a partir de 24 de março quando o orçamento de 2008 foi aprovado. Pela ótica de caixa, estas despesas



foram de R\$ 26,7 bilhões (inclui os demais poderes), ou R\$ 6 bilhões abaixo do programado. Considerando as despesas pagas do orçamento do exercício (critério de ordens bancárias emitidas), no 1º quadrimestre de 2008, as discricionárias atingiram R\$ 19 bilhões. No mesmo período de 2007, foram de R\$ 18,5 bilhões. Assim, a despeito da tardia aprovação do orçamento, a execução das despesas esteve em linha com o realizado no ano anterior.

58. Esperava-se execução de R\$ 2,6 bilhões de despesas do PPI; o realizado no entanto foi de R\$ 1,6 bilhão, ou menos de 12% da dotação prevista para o exercício.

VIII – DESPESAS COM INVESTIMENTOS E O PPI

59. A próxima Tabela compara o investimento e a inversão financeira primária dos orçamentos fiscal e da seguridade social em 2005-2008 nos 5 primeiros meses do ano, pelo critério do pagamento.

INVESTIMENTOS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE ATÉ MAIO, 2005-2008⁽¹⁾

Despesas pagas

(R\$ milhão)

	2005			2006		
	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Total	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Total
Total de Investimentos	776,4	2.496,3	3.272,8	232,3	3.789,4	4.021,7
PPI	6,9	...	6,9	1,9	699,3	701,2
<u>Memorando:</u>						
PPI autorizado no ano		2.820			3.000	
PPI pago no ano	1.169,9	...	1.170	989,5	1.893,9	2.883,4
2007			2008			
	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Total	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Total
Total de Investimentos	1.088,8	4.541,2	5.630,1	420,8	6.704,9	7.125,6
PPI	76,9	882,7	959,6	93,8	1.809,2	1.903,0
<u>Memorando:</u>						
PPI autorizado no ano		11.283			13.825	
PPI pago no ano	2.351,1	1.579	3.929,9

Fonte: Resultado de Tesouro Nacional e Siafi.

⁽¹⁾ Inclui inversões financeiras primárias (GND 5).

60. É fácil verificar que o desembolso com investimentos em 2008 é superior (26,5%) ao verificado no ano anterior, mesmo em se considerando a tardia aprovação da lei orçamentária. Esse maior ritmo de execução deve-se exclusivamente aos restos a pagar. Pagamentos de restos a pagar predominam em todos os anos do período.



61. A execução das despesas com o PPI se acelera em 2008, embora em ritmo muito aquém do necessário para sua execução integral. Mesmo sem orçamento até meados de março já haviam sido pagos, até maio, R\$ 94 milhões do orçamento corrente. Somando-se os restos a pagar, a execução do PPI aproxima-se de R\$ 2 bilhões, o dobro do realizado no mesmo período de 2007.

IX – REAVALIAÇÃO DE DESPESAS PARA O EXERCÍCIO

62. A 2^a Avaliação estima despesas para 2008 R\$ 12 bilhões além do aprovado na lei orçamentária, conforme Tabela em Anexo.
63. Despesas obrigatórias superam as da lei em impressionantes R\$ 26,7 bilhões.
64. As despesas de pessoal foram suplementadas em R\$ 7,6 bilhões, em virtude de reestruturações de carreiras previstas na MP 431/08. Outra MP tratando de carreiras e reajustes de servidores, a de nº 434/08, foi editada posteriormente, mas não há informações sobre o impacto financeiro, nem se o último decreto de programação já considerou as despesas correspondentes. Despesas com pessoal aumentam de 4,6% do PIB em 2007 para 4,72% do PIB em 2008, continuando trajetória ascendente retomada em 2006.
65. Alguns elementos (ADA e ADENE, com R\$ 1,44 bilhão, e cédulas e moedas, com pouco mais de R\$ 630 milhões) ficaram ausentes da proposta, não foram considerados na lei e repercutiram no contingenciamento. Subsídios também foram ampliados no exercício em quase R\$ 2 bilhões.
66. Despesas com abono salarial e seguro desemprego foram majoradas em R\$ 1,8 bilhão em relação à lei, atingindo R\$ 21,2 bilhões no exercício. No primeiro quadrimestre, entretanto, menos de 23% (R\$ 4,7 bilhões) foram executadas.
67. Despesas com compensação da União a estados exportadores foram reprogramadas para R\$ 5,2 bilhões, em virtude do reconhecimento de que a receita prevista pelo Congresso será amplamente suplantada.
68. De resto, ocupam o espaço do orçamento em vigor despesas relativas à execução provável de créditos extraordinários de exercícios anteriores e do próprio exercício. São R\$ 11,1 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões já executados no quadrimestre.

X – TÓPICO ESPECIAL: RELATÓRIO DE RECEITAS

X.1 ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2008

69. O boletim “Análise da Arrecadação das Receitas Federais”¹⁶, de maio, mostra que as receitas brutas administradas pela RFB, de janeiro a abril de 2008, tiveram, em relação ao mesmo período do ano anterior, crescimento nominal de 17,4%.

¹⁶ Ver <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2008/Analisemensalabr08.pdf>.



RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB

Arrecadação Bruta no Primeiro Quadrimestre, 2007 e 2008
(R\$ milhão)

Deflator	2008			2007		Variação (%)		
	Abril	Março	Jan-Abr	Abril	Jan-Abr	Abr-08/ Mar/08	Abr-08/ Abr/07	Jan-Abr/08 Jan-Abr/07
Nominal	56.209	50.012	212.747	48.676	181.238	12,39	15,47	17,39
IPCA	56.209	50.288	214.416	51.130	191.285	11,77	9,93	12,09
IGPI-DI	56.209	50.573	215.484	53.666	200.355	11,14	4,74	7,55

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil, "Análise da Arrecadação das Receitas Federais", maio de 2008.

70. O Banco Central estima que o PIB nominal tenha aumentado 12,6% no período, em relação ao mesmo quadrimestre de 2007. A arrecadação, portanto, cresceu 4,3% acima do PIB. O aumento da arrecadação foi superior ao IPCA acumulado em 12,1%, e ao IGP-DI, em 7,6%. A inflação medida pelo IGP-di tem se mantido excepcionalmente alta em 2008, e presumivelmente ultrapassará em muito o deflator do PIB.
71. A despeito do excelente comportamento nominal da receita, em termos reais o ritmo de crescimento da arrecadação foi ligeiramente inferior ao verificado no mesmo período do ano passado, quando deflacionado pelo IGP-DI (aumento de 10,3%)¹⁷. Em relação ao PIB, a arrecadação do primeiro quadrimestre de 2007 cresceu 6% em relação ao mesmo período de 2006. Com relação ao IPCA, o desempenho foi similar, uma vez que no primeiro quadrimestre de 2007 cresceu 11,5% em relação ao mesmo período de 2006.
72. Esses percentuais confirmam que a relação entre as receitas administradas e o PIB continua em alta, tendo atingido 22,7%, o que supera a carga dos primeiros quatro meses do exercício passado que foi de 21,7% do PIB, conforme mostra, por item, a Tabela da página seguinte.
73. Comparando-se o previsto (Decreto 6.439)¹⁸ com o realizado, apura-se excesso de R\$ 2,8 bilhões, liderado pela Cofins (R\$ 1 bilhão), IRRF-Remessas para o exterior (R\$ 455 milhões), contribuição previdenciária (R\$ 413 milhões), IRPF (R\$ 375 milhões) e IRRF-Rendimentos de capital (R\$ 305 milhões).

17 Ver, a propósito, Nota Técnica 12/07 desta Consultoria em http://www2.camara.gov.br/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/2007/NT%2012_07_%20Cumprimento%20de%20Metas%20Fiscais%20do%201%20Quadrimestre%20e%202a%20Avaliacao%20Orcamentaria%20de%202007.pdf.

18 De fato, quando o Decreto foi editado (22/04), a arrecadação do 1º trimestre já era conhecida, logo o excesso se deve tão somente ao mês de abril.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

RECEITA LÍQUIDA ADMINISTRADA PELA RFB, 2007-2008

Previsão e Arrecadação, de Janeiro a Abril⁽¹⁾

(R\$ milhão)

RECEITAS	1º Quadrimestre de 2007	1º Quadrimestre de 2008			1º Quadrimestre de 2007	1º Quadrimestre de 2008
	Arrecadado	Previsto ⁽¹⁾	Arrecadado	Excesso	% do PIB	% do PIB
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	3.627	4.882	4.815	(67)	0,45	0,53
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	16	12	12	0	0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	9.074	11.299	11.604	305	1,13	1,28
I.P.I. - FUMO	836	1.003	1.048	45	0,10	0,12
I.P.I. - BEBIDAS	861	872	859	(13)	0,11	0,09
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	1.420	1.884	1.974	90	0,18	0,22
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	2.212	2.768	2.820	52	0,28	0,31
I.P.I. - OUTROS	3.745	4.771	4.903	132	0,47	0,54
IMPOSTO SOBRE A RENDA	50.120	64.097	65.279	1.182	6,23	7,21
I.R. - PESSOA FÍSICA	4.241	5.023	5.398	375	0,53	0,60
I.R. - PESSOA JURÍDICA	24.749	32.125	32.081	(44)	3,08	3,54
I.R. - RETIDO NA FONTE	21.129	26.950	27.800	850	2,63	3,07
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	12.419	16.787	16.930	143	1,54	1,87
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	4.903	5.686	5.991	305	0,61	0,66
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	2.288	2.691	3.146	455	0,28	0,35
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	1.519	1.786	1.732	(54)	0,19	0,19
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	2.398	5.890	6.181	291	0,30	0,68
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	36	38	43	5	0,00	0,00
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	11.467	902	901	(1)	1,43	0,10
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	32.002	37.509	38.531	1.022	3,98	4,26
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	8.459	9.801	9.926	125	1,05	1,10
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	11.954	15.615	15.511	(104)	1,49	1,71
CIDE - COMBUSTÍVEIS	2.543	2.682	2.617	(65)	0,32	0,29
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	115	119	74	(45)	0,01	0,01
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	1.828	2.068	1.846	(222)	0,23	0,20
SUBTOTAL	133.639	154.914	157.341	2.427	16,62	17,38
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DO INSS	41.070	47.497	47.910	413	5,11	5,29
RECEITA ADMINISTRADA	174.709	202.411	205.251	2.840	21,73	22,67

Fonte : RFB/MF, INSS, SOF/MPO. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Refere-se à previsão do Poder Executivo no Decreto 6.439/08.

74. A Tabela seguinte mostra como evoluíram os itens das receitas administradas pela RFB no quadrimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Líquidas de restituições (ótica do orçamento), as receitas administradas apresentaram crescimento nominal de 17,5%.



RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB

Arrecadação Bruta e Líquida no Primeiro Quadrimestre, 2007-2008
(R\$ milhão)

RECEITAS	Arrecadação Bruta			Arrecadação Líquida ⁽¹⁾		
	2008	2007	Variação (%)	2008	2007	Variação (%)
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	4.829	3.635	32,8	4.815	3.627	32,8
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	2	5	(53,7)	12	16	(22,3)
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	12.112	9.755	24,2	11.604	9.074	27,9
IPI-FUMO	1.048	836	25,3	1.048	836	25,3
IPI-BEBIDAS	858	857	0,1	859	861	(0,2)
IPI-AUTOMÓVEIS	1.971	1.420	38,8	1.974	1.420	39,0
IPI-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	2.827	2.216	27,6	2.820	2.212	27,5
IPI-OUTROS	5.408	4.426	22,2	4.903	3.745	30,9
IMPOSTO SOBRE A RENDA	66.166	51.526	28,4	65.279	50.120	30,2
IMPOSTO DE RENDA-PESSOA FÍSICA	5.404	4.241	27,4	5.398	4.241	27,3
IMPOSTO DE RENDA-PESSOA JURÍDICA	32.758	25.367	29,1	32.081	24.749	29,6
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	28.005	21.918	27,8	27.800	21.129	31,6
IRRF-RENDIMENTOS DO TRABALHO	17.342	13.197	31,4	16.930	12.419	36,3
IRRF-RENDIMENTOS DE CAPITAL	5.756	4.903	17,4	5.991	4.903	22,2
IRRF-REMESSAS PARA O EXTERIOR	3.038	2.281	33,2	3.146	2.288	37,5
IRRF-OUTROS RENDIMENTOS	1.870	1.538	21,6	1.732	1.519	14,0
IOF - IMP. SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	6.190	2.397	158,2	6.181	2.398	157,7
ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	43	36	18,4	43	36	18,4
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	988	11.470	(91,4)	901	11.467	(92,1)
COFINS - CONTRIB. PARA A SEGURIDADE SOCIAL	37.993	31.526	20,5	38.531	32.002	20,4
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	9.997	8.441	18,4	9.926	8.459	17,3
CSLL - CONTRIB. SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	15.578	12.156	28,2	15.511	11.954	29,8
CIDE-COMBUSTÍVEIS	2.616	2.550	2,6	2.617	2.543	2,9
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	74	115	(36,0)	74	115	(36,0)
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	1.890	1.913	(1,2)	1.846	1.828	1,0
SUBTOTAL	158.480	135.525	16,9	157.341	133.639	17,7
ARRECADAÇÃO DO INSS	54.268	45.712	18,7	47.910	41.070	16,7
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	212.748	181.237	17,4	205.251	174.709	17,5

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Líquida de restituições. Não estão deduzidos os incentivos fiscais.

75. Em relação ao arrecadado no mesmo período do ano anterior, os destaques da arrecadação bruta foram o crescimento: (a) dos tributos vinculados à importação (II, 32,8% e IPI-Imp, 27,6%), em decorrência de elevação de 44,2% do valor em dólares das importações tributadas e de 8,5% da alíquota média do imposto incidentes sobre importação, que foram parcialmente compensados pela redução de 17,4% da taxa média de câmbio; (b) de 38,8% na arrecadação do IPI sobre veículos, devido principalmente ao aumento de 31,9% das vendas no mercado interno; (c) do imposto de renda pessoa física, sendo (c.1) IRPF (27,4%), devido a ganho de capital na alienação de participações societárias; (c.2) IRRF - rendimentos do trabalho (31,4%), atribuída ao aumento da massa salarial de 14,6% entre dezembro e março de 2008; (d) da lucratividade das empresas, sendo (d.1) IRPJ (29,1%), em decorrência de maior recolhimento por parte de empresas do setor financeiro; (d.2) CSLL (28,2%)¹⁹; (e) do IOF (158,2%), em razão de alteração de alíquotas; (f) por maior vigor da economia em alguns setores, (f.1) do IRRF-remessas para o exterior (33,2%), relacionada ao maior volume de rendimentos do trabalho e juros sobre capital próprio; (f.2) de 22,2% na arrecadação do IPI-Outros (não inclui fumos nem bebidas ou importações),

¹⁹ As razões da alta da arrecadação devida por empresas não financeiras foram as mesmas do IRPJ.



relacionado ao aumento da produção industrial de 6,3% no primeiro trimestre; (f.3) da Cofins (20,5%), em decorrência do aumento das importações, do faturamento das empresas e do crescimento de 14,8% do volume geral de vendas também no primeiro trimestre; e (f.4) do IRRF sobre rendimentos de capital (17,4%), presumivelmente em decorrência da recente alta da taxa básica de juros, aliada ao fim da CPMF, o que tornou mais atrativa a aplicação em renda fixa; (g) da receita previdenciária (18,7%) em decorrência de elevação da massa salarial.

X.2 RECITA PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2008

76. No Decreto 6.439, o Executivo esperava arrecadar em 2008 R\$ 464 milhões a menos do que o previsto na lei. Como reduções importantes aconteciam nas receitas partilhadas (*royalties*, por exemplo), as transferências aos governos subnacionais também caíam em relação à lei, resultando em ganho líquido de R\$ 1,4 bilhão, conforme Tabela seguinte.

RECEITAS 2007-2008											
Discriminação	2007	2008						Variações do Decreto 6.439 em Relação a	Variações do Decreto 6.468 em Relação a		
		Real		Lei		Decreto 6.439			Realizado 2007	Proposta	Lei
	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB		R\$ milhões		
	RECEITA TOTAL	24,24	687.577,5	24,39	687.112,9	24,21	705.394,5	24,76	(464,6)	85.037,2	22.671,8
Receita Administrada	16,32	444.019,7	15,75	448.286,5	15,80	460.397,0	16,16	4.266,8	42.887,6	11.570,1	16.377,4
Arrecadação Líquida do INSS	5,49	161.740,0	5,74	159.915,7	5,63	162.031,7	5,69	(1.824,3)	21.619,9	4.968,4	291,7
Receitas Não Administradas	2,44	78.999,4	2,80	76.109,4	2,68	80.164,4	2,81	(2.890,0)	17.718,2	6.150,3	1.165,0
Incentivos Fiscais	0,00	(181,6)	(0,0)	(198,7)	(0,01)	(198,7)	(0,01)	(17,0)	(188,6)	(17,0)	(17,0)
Operações com Ativos	0,00	3.000,0	0,11	3.000,0	0,11	3.000,0	0,11	0,0	3.000,0	0,0	0,0
TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS (-)	3,98	123.977,0	4,40	122.107,6	4,30	126.513,7	4,44	(1.869,3)	24.651,8	9.379,1	2.536,8
RECEITA LÍQUIDA	20,26	563.600,5	19,99	565.005,3	19,91	578.880,7	20,32	1.404,8	60.385,3	13.292,7	15.280,2
											13.875,5

Fonte: Secretarias de Orçamento Federal (SOF/MPO) e da Receita Federal do Brasil (RFB/MF). Elaboração dos autores.

77. O Decreto 6.468 foi além: elevou as receitas brutas em R\$ 17,8 bilhões e as líquidas em R\$ 15,3 bilhões em relação à lei.

78. Receitas administradas pela RFB (não incluindo as do INSS), que representam 65% da receita total, serão R\$ 16,4 bilhões maiores que as estimadas na lei orçamentária. Também crescem as receitas não administradas (R\$ 1,2 bilhão) e as receitas do INSS (R\$ 292 milhões). Como proporção do PIB, espera-se crescimento da receita, em relação a 2007, de mais de 0,50 pontos, a despeito da extinção da CPMF que correspondia a 1,4% do PIB.

X.2.1 RECEITA ADMINISTRADA

79. O Executivo espera arrecadar mais R\$ 16,7 bilhões de receitas administradas, incluindo o INSS, que o previsto na lei (R\$ 605,6 bilhões), conforme mostra a próxima Tabela.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

RECEITA ADMINISTRADA PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2007-2008
(R\$ milhão)

Discriminação	Realizado		2008								Variações do Decreto 6.468 em Relação a		
	2007		Proposta		Lei		Decreto 6.439		Decreto 6.468		Realizado 2007	Lei 2008	Decreto 6.439
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões										
TOTAL DAS RECEITAS DA RFB	557.911,1	21,80	605.708,6	22,04	605.578,0	21,48	608.003,5	21,42	622.230,0	21,84	64.318,9	16.652,0	14.226,6
Imposto de Importação	12.216,3	0,48	14.024,2	0,51	15.391,0	0,55	15.229,6	0,54	15.746,3	0,55	3.530,0	355,3	516,7
IPI	31.875,7	1,25	36.476,2	1,33	39.820,3	1,41	38.042,1	1,34	39.429,6	1,38	7.553,9	(390,7)	1.387,5
Imposto de Renda	148.013,7	5,78	160.850,6	5,86	168.938,5	5,99	168.572,5	5,94	174.569,1	6,13	26.555,4	5.630,6	5.996,6
IOF	7.855,0	0,31	8.530,3	0,31	17.576,2	0,62	18.283,5	0,64	18.869,2	0,66	11.014,2	1.293,0	585,7
COFINS	103.195,6	4,03	110.695,8	4,03	115.287,7	4,09	118.203,8	4,17	122.891,6	4,31	19.696,0	7.603,9	4.687,8
PIS/PASEP	26.632,4	1,04	29.504,7	1,07	30.153,0	1,07	30.745,0	1,08	31.805,3	1,12	5.172,9	1.652,3	1.060,3
CSLL	34.471,3	1,35	34.961,4	1,27	40.673,3	1,44	42.758,7	1,51	43.217,0	1,52	8.745,8	2.543,8	458,4
CPMF	36.519,6	1,43	39.297,0	1,43	858,4	0,03	901,9	0,03	900,9	0,03	(35.618,8)	42,5	(1,1)
CIDE-combustíveis	7.943,0	0,31	8.567,5	0,31	8.535,9	0,30	8.291,6	0,29	6.022,3	0,21	(1.920,7)	(2.513,6)	(2.269,3)
Outras Administradas pela RFB	8.786,7	0,34	5.919,3	0,22	6.785,5	0,24	7.257,8	0,26	6.945,7	0,24	(1.841,0)	160,3	(312,1)
PAES	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	-	0,0	-
Arrecadação Líquida do INSS	140.411,8	5,49	157.063,2	5,72	161.740,0	5,74	159.915,7	5,63	162.031,7	5,69	21.619,9	291,7	2.116,0
Incentivos Fiscais	(10,1)	(0,00)	(181,6)	(0,04)	(181,6)	(0,01)	(198,7)	(0,01)	(198,7)	(0,01)	(188,6)	(17,0)	-

Fonte: Secretarias de Orçamento Federal (SOF/MPO) e da Receita Federal (RFB/MF). Elaboração dos autores.

80. Os aumentos em relação à lei concentram-se na Cofins (R\$ 7,6 bilhões), no imposto de renda (R\$ 5,6 bilhões), na CSLL (R\$ 2,5 bilhões), no PIS/Pasep (R\$ 1,7 bilhão) e no IOF (quase R\$ 1,3 bilhão). As principais frustrações são no IPI e na Cide-combustíveis.

81. Três fatores respondem pelo maior otimismo das estimativas oficiais de receitas administradas em 2008. Em primeiro lugar, a assunção tácita de que o modelo de projeção é incapaz de explicar o desempenho da arrecadação, mediante inclusão de valor expressivo de receitas atípicas. Em segundo lugar, os parâmetros subsidiários aos cálculos, que estão tendo projeções superiores ao que admitia o Comitê de Receitas. Essa mudança nas hipóteses de comportamento das principais variáveis já foi comentada e o será novamente adiante. Finalmente, a arrecadação já realizada no primeiro quadrimestre passado mostrou um vigor imprevisto.

82. A partir de novembro de 2005²⁰, o Executivo passou, timidamente, a incluir medida de desvio (chamada inicialmente “Tendência”) em suas projeções, como forma de minimizar discrepâncias em relação ao realizado. No primeiro decreto de 2008 (6.439), além dos fatores convencionais (base de projeção, parâmetros e alterações legislativas), o Executivo incorporou em suas projeções estimativa de R\$ 8,6 bilhões de receitas extraordinárias a ingressarem no período de março a dezembro. Essas receitas foram distribuídas proporcionalmente entre os tributos.

83. Na reestimativa do último decreto, de um lado, o Executivo incorporou desonerações concedidas no âmbito da nova política industrial (MP 428/08), no montante de R\$ 3,6 bilhões; e a redução do valor da CIDE por metro cúbico de gasolina, estimado em R\$ 2,2 bilhões, conforme a Tabela abaixo.

²⁰Ver http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/sof/orcamento_2005/Relat%F3rio_Novembro_2005_Congresso.pdf.



Principais Medidas da Política de Desenvolvimento Produtivo (Maio de 2008)

Renúncia de Receita por Desoneração Tributária, 2008-2011

(R\$ milhão)

Benefício/Ano	2008	2009	2010	2011	Total
Redução do prazo para utilização dos créditos do PIS/COFINS em bens de capital	2.200	3.774			5.974
Prorrogação da depreciação acelerada até 2010		1.000	2.000		3.000
Ampliar a abrangência do REPORTO	374	747	747	747	2.615
Ampliação do RECAP	350	700	700	700	2.450
Eliminação da incidência de IOF nas operações de crédito do BNDES e FINEP	150	300	300	300	1.050
Redução a zero do IR incidente em despesas com prestação no exterior de serviços de logística de exportação.	25	50	50	50	175
Redução a zero do IR incidentes em despesas com prestação no exterior de serviços prestados por empresas brasileiras	10	20	20	20	70
Depreciação acelerada para o setor automotivo	92	658	1.174	1.098	3.022
Depreciação acelerada para o setor de bens de capital	33	233	417	390	1.073
Dedução em dobro da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das despesas com capacitação de pessoal próprio das empresas de software	65	130	130	130	455
Suspensão da cobrança de IPI, PIS e COFINS incidentes sobre peças e materiais destinados à construção de navios novos por estaleiros nacionais	50	100	100	100	350
Ampliação do prazo de recolhimento do IPI pelo setor automotivo	200				200
Reativação do Programa Revitaliza	76	215	340	370	1.001
<i>Subtotal</i>	3.625	7.927	5.978	3.905	21.435

Memorando:

Redução da alíquota específica da Cide-Combustíveis 2.200

Fonte: Ministério da Fazenda.

84. Pormenorizadamente, a comparação das estimativas de arrecadação da lei e do Decreto 6.468 é a que mostra a Tabela da próxima página.

85. No Decreto 6.468, a projeção oficial inclui R\$ 17,7 bilhões de receitas extraordinárias para o período de maio a dezembro e as distribui basicamente entre a Cofins (R\$ 7,2 bilhões) e o IR (R\$ 4,7 bilhões).

86. Os parâmetros cujas alterações contribuíram para previsões de receitas tão folgadas foram o PIB nominal mais elevado em 2008, por conta de maior deflator implícito; e a expectativa de maiores variações de todos os índices de preços, assim como das taxas de juros. A previsão de câmbio médio, por outro lado, caiu no primeiro decreto em relação à lei e volta a cair no segundo decreto. No entanto, isso foi mais que compensado pelo revisão do percentual do aumento das importações.

87. O mercado, como mostrou a comparação com os resultados da sondagem de 06 de junho, espera preços e taxas de juros ainda mais altas. Prevalecendo essas expectativas, a arrecadação nos próximos bimestres poderá ser ainda mais elevada.

88. No tocante aos parâmetros específicos de receita temos, no Decreto nº 6.468, para o período de maio a dezembro, em relação à lei: (1) previsão de menor produção de produtos do fumo; (2) quase o dobro do volume de vendas e maiores preços de automóveis; (3) maior volume de importações; e (4) aumento nas vendas domésticas de bebidas. Não obstante, o IPI no último decreto foi estimado abaixo da lei, exceto para o IPI-outros.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB NA LEI E NO DECRETO 6.468/08

Arrecadação Líquida, 2008
(R\$ milhões)

RECEITAS	Lei		Decreto 6.468		Diferenças		Receitas Extraord Mai-Dez
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões
Imposto sobre Importação	15.391	0,55	15.746	0,55	355	0,01	-
IPI	39.820	1,41	39.430	1,38	(390)	(0,03)	1.507
IPI - Fumo	3.622	0,13	3.185	0,11	(437)	(0,02)	-
IPI - Bebidas	3.275	0,12	2.738	0,10	(537)	(0,02)	-
IPI - Automóveis	6.545	0,23	6.541	0,23	(4)	(0,00)	291
IPI - Vinculado às Importações	9.443	0,33	9.403	0,33	(40)	(0,00)	-
IPI - Outros	16.936	0,60	17.563	0,62	627	0,02	1.216
Imposto sobre a Renda	168.757	5,99	174.370	6,12	5.613	0,14	4.696
IR - Pessoa Física	14.587	0,52	14.751	0,52	164	0,00	739
IR - Pessoa Jurídica	77.933	2,76	81.779	2,87	3.846	0,11	1.637
IR Retido na Fonte	76.237	2,70	77.841	2,73	1.604	0,03	2.321
IRRF- Rendimentos do Trabalho	38.976	1,38	37.087	1,30	(1.889)	(0,08)	-
IRRF- Rendimentos de Capital	22.885	0,81	26.344	0,92	3.459	0,11	1.808
IRRF- Rendimentos de Residentes no Exterior	8.688	0,31	8.964	0,31	276	0,01	513
IRRF- Outros Rendimentos	5.687	0,20	5.445	0,19	(242)	(0,01)	-
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	17.576	0,62	18.869	0,66	1.293	0,04	1.488
ITR - Imposto Territorial Rural	382	0,01	407	0,01	25	0,00	-
CPMF - Contribuição Prov Movimentação Financeira	858	0,03	901	0,03	43	0,00	-
COFINS - Contribuição para a Seguridade Social	115.288	4,09	122.892	4,31	7.604	0,22	7.247
Contribuição para o PIS/Pasep	30.153	1,07	31.805	1,12	1.652	0,05	1.753
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	40.673	1,44	43.217	1,52	2.544	0,07	1.023
CIDE - Combustíveis	8.536	0,30	6.022	0,21	(2.514)	(0,09)	-
Contribuição para o Fundaf	429	0,02	356	0,01	(73)	(0,00)	-
Outras Receitas Administradas	5.975	0,21	6.152	0,22	177	0,00	-
SUBTOTAL	443.838	15,74	460.167	16,15	16.329	0,41	17.715
Receita Previdenciária	161.740	5,74	162.032	5,69	292	(0,05)	...
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	605.578	21,48	622.199	21,84	16.621	0,36	17.715

Fonte: Orçamento 2008; Decreto nº 6.468/08; 2º Relatório de Avaliação Orçamentária; Receita Federal do Brasil. Elaboração dos autores.

89. Finalmente, o excesso de arrecadação do primeiro quadrimestre, como visto anteriormente, foi de R\$ 2,8 bilhões em relação ao Decreto nº 6.439. Em anos anteriores, este era o limite para as próximas reestimativas, não se admitindo a extração do excedente para os meses seguintes. Desta vez, com a hipótese de maiores receitas extraordinárias, o segundo decreto do exercício acrescentou R\$ 14,2 bilhões de receitas administradas, inclusive INSS, conforme Tabela a seguir.



RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB, 2008
Diferenças entre Receita Realizada e Prevista, no I Quadrimestre e no Exercício
(R\$ milhão)

Discriminação	Excesso de Arrecadação no Quadrimestre Jan-Abr	Diferenças entre 2º Decreto - 1º Decreto no Exercício
TOTAL DAS RECEITAS DA RFB	2.839,5	14.226,6
Imposto de Importação	(66,7)	516,7
IPI	305,3	1.387,5
Imposto de Renda	1.182,3	5.996,6
IOF	290,7	585,7
COFINS	1.021,7	4.687,8
PIS/PASEP	125,3	1.060,3
CSLL	(103,7)	458,4
CPMF	(1,1)	(1,1)
CIDE-combustíveis	(65,4)	(2.269,3)
Outras Administradas pela SRF	(261,9)	(312,1)
Arrecadação Líquida do INSS	413,0	2.116,0

Fonte: Secretarias de Orçamento Federal e da Receita Federal do Brasil. Elaboração dos autores.

90. A simulação apresentada na Tabela da página seguinte mostra que, a partir dos dados de arrecadação acumulados em 2006, 2007 e 2008 até maio, mantida a sazonalidade da receita administrada, o atual exercício se encerraria com arrecadação de quase R\$ 481 bilhões, muito acima do que prevê o Decreto 6.468.
91. O mesmo cálculo indica que aproximadamente a mesma proporção (cerca de 39,9%) do total do ano foi arrecadada nos primeiros quadrimestres de 2006 e 2007. Os resultados para 2008 dessa simulação devem ser vistos com muita cautela, pois houve mudança substancial na composição dos tributos no total da arrecadação e a arrecadação deste primeiro quadrimestre de 2008 está fortemente influenciada pelo crescimento, que não será carregado o ano todo, do último trimestre de 2007 e do 1º trimestre deste ano, acima da hipótese de 5% que o governo deverá almejar com suas políticas monetária e fiscal. Também não estão incorporados na simulação os efeitos das desonerações recentemente concedidas. Essa simulação interessa, portanto, pelos resultados para tributos em que esses fatores pesam menos.
92. Na simulação, destacam-se as projeções do imposto de renda, em parte pelas razões citadas anteriormente citadas como motivo de cautela.
93. Da diferença de R\$ 20,8 bilhões entre o resultado da simulação e o decreto, R\$ 8,7 bilhões decorrem do cálculo do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos do trabalho. Esse item foi reduzido da lei para o decreto em R\$ 1,9 bilhão.



RECEITA LÍQUIDA ADMINISTRADA PELA RFB, 2008⁽¹⁾
(R\$ milhões)

RECEITAS	Realizada Jan-Mai	Simulação % Médio 2006/07	Decreto 6.468/08	Lei	Diferença	
					Simulação- Decreto	Lei - Decreto
Imposto de Importação	6.127	16.222	15.746	15.391	476	(355)
Imposto sobre a Exportação	5	12	31	52	(19)	21
Imposto sobre Produtos Industrializados	15.076	41.219	39.430	39.820	1.789	390
IPI-Fumo	1.308	3.390	3.185	3.622	205	437
IPI-Bebidas	1.066	2.686	2.738	3.275	(52)	537
IPI-Automóveis	2.524	7.003	6.541	6.545	462	4
IPI Vinculado à Importação	3.603	9.834	9.403	9.443	431	40
IPI-Outros	6.575	18.391	17.563	16.936	828	(627)
Imposto de Renda	78.542	190.930	174.370	168.757	16.560	(5.613)
IRPF - Pessoa Física	6.771	14.565	14.751	14.587	(186)	(164)
IRPJ- Pessoa Jurídica	37.538	86.220	81.779	77.933	4.441	(3.846)
IR - Fonte	34.233	89.735	77.841	76.237	11.894	(1.604)
IRRF - Trabalho	21.090	45.776	37.087	38.976	8.689	1.889
IRRF - Rendimentos de Capital	7.281	25.484	26.344	22.885	(860)	(3.459)
IRRF- Rendimentos de Residente no Exterior	3.632	10.711	8.964	8.688	1.747	(276)
IRRF- Outros	2.229	6.184	5.445	5.687	739	242
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	7.853	20.448	18.869	17.576	1.579	(1.293)
ITR - Imposto Territorial Rural	52	442	407	382	35	(25)
CPMF - Contribuição sobre a Mov Financeira	965	965	901	858	64	(43)
COFINS - Cont para o Fin da Seguridade Social	46.607	118.405	122.892	115.288	(4.487)	(7.604)
PIS/Pasep	12.165	30.469	31.805	30.153	(1.336)	(1.652)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	17.818	42.455	43.217	40.673	(762)	(2.544)
CIDE - Combustíveis	3.335	8.304	6.022	8.536	2.282	2.514
Contribuição para o FUNDAF	104	273	356	429	(83)	73
Outras Receitas Administradas	4.016	10.862	6.152	5.923	4.710	(229)
Receitas de Loterias	-	-	1.973	2.046	-	73
CIDE - Apoio Tecnológico	-	-	749	809	-	60
Demais Administradas	-	-	3.431	3.068	-	(363)
Receita Administrada pela RFB	192.666	481.005	460.198	443.838	20.807	(16.360)

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Pequenas diferenças com outras tabelas podem ocorrer devido à revisão da arrecadação posterior à obtenção dos dados.

⁽²⁾ Média dos percentuais de 2006 e 2007 do trimestre no total arrecadado do ano.

94. R\$ 4,4 bilhões se devem ao imposto de renda da pessoa jurídica. A explicação da RFB para parte do aumento dessa receita nos quatro primeiros meses do ano, de 2007 para 2008, é a antecipação do recolhimento do saldo da declaração de ajuste de 2007, em particular por empresas do setor financeiro.²¹ A mesma justificativa se aplica para a CSLL, cuja projeção, no entanto, é inferior a do decreto.

95. No caso da CSLL e do IOF, as estimativas do decreto superaram em muito a lei. Representa reconhecimento, no caso do IOF, de que a projeção do impacto da majoração de alíquotas para compensar o fim da CPMF, apresentada à época pelo Executivo e utilizada pelo Congresso, estava subestimada, e outros aumentos se seguiram. No caso da CSLL, ainda está por ocorrer o efeito do aumento de alíquota para as instituições financeiras.

²¹ Ver <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2008/AnalisemensalMar08.pdf>.



96. O imposto de renda na fonte sobre remessas para o exterior projeta, supondo a mesma sazonalidade, R\$ 1,7 bilhão acima do decreto.

97. Para a Cide, a simulação não incorporou a redução da alíquota.

98. Por fim, a receita da Cofins, segundo a simulação, seria R\$ 4,5 bilhões abaixo da estimativa do decreto, que por sua vez foi superior à lei em R\$ 7,6 bilhões. No entanto, o dado preliminar de maio não conta com as receitas do PAEX que estão apropriadas no item “outras receitas administradas” que, por sua vez, está R\$ 4,7 bilhões acima da estimativa do decreto. Assim, ainda não é possível concluir a sinalização dada pela simulação.

X.2.2 RECEITA NÃO ADMINISTRADA

99. A maior parte do aumento da previsão das receitas não-administradas no Decreto 6.468, em relação à lei e ao decreto anterior, deve-se às concessões, conforme a Tabela.

RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS, 2007-2008
(R\$ milhões)

Discriminação	2007		2008						Variações do Decreto 6.468 em Relação a		
			Lei		Decreto 6.439		Decreto 6.468		Realizado 2007	Lei 2008	Decreto 6.439
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões		
TOTAL DAS DEMAIS RECEITAS	62.446,2	2,44	81.999,4	2,9	79.109,4	2,79	83.164,4	2,92	20.718,2	1.165,0	4.055,0
Concessões	2.064,00	0,08	3.556,6	0,13	3.533,6	0,12	4.704,5	0,17	2.640,5	1.148,0	1.171,0
Dividendos	6.977,14	0,27	10.132,1	0,36	9.503,1	0,33	9.503,1	0,33	2.526,0	(628,9)	-
Contribuição dos Servidores ao PSSS	5.648,51	0,22	6.845,5	0,24	6.845,5	0,24	7.182,9	0,25	1.534,3	337,3	337,3
Salário-Educação	7.088,53	0,28	8.762,2	0,31	9.070,3	0,32	9.126,4	0,32	2.037,9	364,2	56,1
Royalties/Compensações Financeiras	17.026,18	0,67	25.477,3	0,90	22.816,5	0,80	24.365,4	0,86	7.339,2	(1.111,9)	1.548,9
Demais Receitas	12.809,59	0,50	13.367,9	0,47	13.385,4	0,47	13.753,4	0,48	943,8	385,6	368,1
Receita Própria (fts 50 & 81)	8.826,50	0,34	8.924,2	0,32	8.685,6	0,31	9.290,0	0,33	463,5	365,8	604,4
FGTS	2.005,72	0,08	1.933,7	0,07	2.269,4	0,08	2.238,7	0,08	233,0	305,0	(30,7)
Operações com Ativos	0,00	0,00	3.000,0	0,11	3.000,0	0,11	3.000,0	0,11	3.000,0	-	-

Fonte: Secretarias de Orçamento Federal (SOF/MPO). Elaboração dos autores.

100. O incremento das receitas de concessões deveu-se à antecipação do pagamento pela licença para exploração da banda de terceira geração – 3G, no valor de R\$ 1,5 bilhão. O arrecadado até a primeira semana de junho já chegou a R\$ 4,3 bilhões, muito próximo da meta anual.

101. O aumento das receitas próprias foi atribuído ao desempenho da arrecadação nas Indústrias Nucleares do Brasil, no Fundo Aeronáutico, no INMETRO e no Fundo Nacional de Saúde (receita do DPVAT).

102. As demais receitas crescem quase R\$ 400 milhões em relação à lei e ao decreto anterior, em função da arrecadação do Fistel e do Adicional ao Frete da Marinha Mercante (AFMM), com o aumento das importações.

103. As compensações financeiras ainda estão R\$ 1,1 bilhão abaixo da lei. No entanto, o último decreto já contempla preço médio do barril de petróleo em US\$



110,86. Na lei, usou-se o preço médio de US\$ 90. A pequena queda relativa no câmbio não justificaria essa revisão, que provavelmente se deve a outros fatores, como o volume da produção.

104. A segunda grande queda de receita está em dividendos, que desconsidera a alteração do Congresso, retomando o número da proposta, mesmo diante da frustração de 2007, que tinha levado a crer que parte dessa arrecadação seria realizada neste ano. A arrecadação até a primeira semana de junho é de R\$ 4,5 bilhões.

105. Finalmente, o governo continua esperando arrecadar R\$ 3 bilhões com alienação de ativos inservíveis. Iniciativa semelhante redundou em fracasso absoluto em 2007. Até o momento, nada foi arrecadado a esse título.

XI – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EM MERCADO NO QUADRIMESTRE

106. Os §§ 2º e 3º do art. 2º da LDO de 2008 prevêem que o relatório de avaliação de cumprimento da meta de superávit primário traga dados sobre a evolução da dívida pública federal.

107. A Dívida Pública Federal (DPF), no 1º quadrimestre de 2008, diminuiu de R\$ 1.345 bilhões para R\$ 1.330 bilhões, como mostra a Tabela da página seguinte.

108. Neste período, a dívida mobiliária interna - DPMFi caiu em R\$ 5,8 bilhões, para R\$ 1.231 bilhões, enquanto que a dívida pública externa - DPFe foi reduzida em R\$ 9,3 bilhões, para R\$ 99,6 bilhões.

109. O diminuição da DPMFi decorreu da apropriação, por competência, de R\$ 48,9 bilhões de juros, mais que compensada pelo resgate líquido de R\$ 54,7 bilhões. Os pagamentos de amortizações e juros (R\$ 154,6 bilhões) e os cancelamentos (R\$ 0,1 bilhão) totalizaram R\$ 154,7 bilhões, contra emissões de R\$ 100,0 bilhões - por oferta pública (R\$ 99,0 bilhões) e por colocação direta (R\$ 1 bilhão).

110. Já a redução da DPFe se deveu a resgates líquidos de R\$ 8,7 bilhões, em excesso às emissões, e à variação cambial que excedeu os juros apropriados por competência em R\$ 624 milhões, fazendo com que a participação da DPFe no total da DPF de responsabilidade do Tesouro caísse para 7,4% (em dez/07 era de 8,1%). Esse percentual acarreta menor preocupação com a gestão da dívida externa, em face de eventuais choques no câmbio.



DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL (DPF) DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO

Variação no 1º Quadrimestre de 2008 em relação a Dezembro de 2007

Fatores de Variação	(R\$ milhões)	% do Estoque Inicial em 31/dez/07
ESTOQUE EM 31/DEZ/07	1.345.425	100,00
<i>DPMFi</i>	1.236.540	91,91
<i>DPFe</i>	108.884	8,09
ESTOQUE EM 30/ABR/08	1.330.368	98,88
<i>DPMFi</i>	1.230.758	91,48
<i>DPFe</i>	99.610	7,40
Variação Nominal	(15.057)	(1,12)
<i>DPMFi</i>	(5.782)	(0,43)
<i>DPFe</i>	(9.274)	(0,69)
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	(15.056)	(1,12)
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	(63.309)	(4,71)
<i>DPMFi</i>	(54.659)	(4,06)
<i>DPFe</i>	(8.650)	(0,64)
I.1.1 - Emissões	100.113	7,44
<i>DPMFi</i>	99.976	7,43
Oferta Pública ⁽¹⁾	98.985	7,36
Diretas ⁽²⁾	991	0,07
<i>DPFe</i>	137	0,01
I.1.2 - Resgates	(163.422)	(12,15)
<i>DPMFi</i>	(154.635)	(11,49)
Pagamentos Correntes ⁽³⁾	(154.635)	(11,49)
<i>DPFe</i>	(8.787)	(0,65)
Pagamentos Correntes ⁽⁴⁾	(8.133)	(0,60)
Resgates Antecipados	(654)	(0,05)
Programa de Recompra de Títulos ⁽⁵⁾	(654)	(0,05)
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	48.253	3,59
<i>DPMFi</i> ⁽⁶⁾	48.877	3,63
<i>DPFe</i>	(624)	(0,05)
Juros ⁽⁷⁾	2.896	0,22
Variação Cambial ⁽⁸⁾	(3.520)	(0,26)

Fonte: Relatório, Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF). Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Emissões de títulos de DPMFi que ocorrem principalmente por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto, excluindo títulos da Dívida Securitizada e TDA. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos nem os cancelamentos.

⁽²⁾ Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei (e.g. permuta de LFT-B para bancos estatais), e às emissões sem contrapartida financeira para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, FIES, PND, PESA e Funad.

⁽³⁾ Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

⁽⁴⁾ Pagamentos da dívida mobiliária, Organismos Multilaterais e Bancos Privados/Agências Governamentais da DPFe.

⁽⁵⁾ Programa de recompra antecipada da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa - DPMFe.

⁽⁶⁾ Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

⁽⁷⁾ Saldo dos juros apurados por competência no período.

⁽⁸⁾ Demonstra o efeito da apreciação/depreciação do dólar e demais moedas subjacentes à DPFe em relação ao real.

111. No tocante a prazos e composição da DPF, os resultados alcançados ao final do 1º quadrimestre são apresentados na tabela abaixo, que traz também a situação em dezembro de 2007 e o pretendido ao final de 2008, conforme os limites inferiores e superiores previstos no Plano Anual de Financiamento - PAF 2008.



RESULTADOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA FEDERAL - DPF

Indicadores	Dez/07	PAF-2008		Abr/08
		Mínimo	Máximo	
Estoque em Mercado (R\$ bilhões)	1.333,8 ⁽¹⁾	1480	1540	1.318,30 ⁽²⁾
Prazo Médio (meses)	39,2	42	46	41,7
% vincendo em 12 meses	28,2	24	27	25,4
<u>Composição do Estoque (%)</u>				
Prefixados	35,1	35	40	32,2
Índice de Preços	24,1	25	29	25,5
Selic	30,7	25	30	32,7
Câmbio	8,2	7	9	7,6
TR e outros	1,9	1	3	2,0

Fonte: Plano Anual de Financiamento 2008 - PAF2008/STN; Relatório de Avaliação - Meta Fiscal Quadrimestral 1º Quadrimestre de 2008/STN; Relatório Anual da Dívida 2007 - STN; Relatório Mensal da Dívida Pública Federal - Abril 2008/STN.

⁽¹⁾ Valor constante do Relatório Mensal da Dívida Pública Federal de abril/08 e do PAF 2008. No Relatório de Avaliação do 1º Quadrimestre de 2008 constam R\$ 1.345,4 bilhões. Demais indicadores de dez/07 correspondem ao valor da tabela.

⁽²⁾ Valor constante do Relatório Mensal da Dívida Pública Federal de abril/08. No Relatório de Avaliação do 1º Quadrimestre de 2008 constam R\$ 1.330,4 bilhões. Demais indicadores de abril/08 correspondem ao valor da tabela.

112. Observa-se que na composição da dívida houve alguma piora com o aumento na participação dos títulos selicados e com a redução na dos prefixados. Houve, entretanto, redução na parcela de títulos vinculados ao câmbio e aumento na dos indexados a preços (parcela de juros pré-fixada mais IPCA)
113. Com relação ao alongamento do perfil da dívida, o prazo médio aumentou em 2,5 meses, um bom resultado. Melhorou também o percentual vincendo em 12 meses, com redução de 2,8 p.p.
114. Embora as operações de mercado aberto não se enquadrem nas estatísticas da DPF de responsabilidade do Tesouro Nacional, cabe atentar para crescimento de seu montante. Em dezembro de 2007 era de R\$ 166 bilhões, como pode ser visto na Tabela da próxima página.
115. Em abril de 2008, as operações de mercado aberto atingiam R\$ 246 bilhões, representando 16,8% do somatório da Dívida Mobiliária Federal Interna com operações de *swap* e das próprias operações de mercado aberto. A tabela mostra ainda que em dezembro de 2006, essas operações somavam R\$ 60 bilhões e representavam 5,2% do somatório.
116. O crescimento dessas operações coincide com a atuação do Banco Central para enxugamento da liquidez que resulta, em grande medida, da aquisição de dólares que realiza no mercado doméstico. Coincide também, por consequência, com o aumento das reservas internacionais do País.
117. As operações de mercado são de curto prazo e referenciadas e garantidas com títulos selicados. Cabe investigar se o crescimento dessas operações não estaria prejudicando a atuação do Tesouro Nacional no tocante ao alongamento do prazo e à composição da dívida.



Composição da DPMFi em Poder do PÚBLICO por Tipo de Rentabilidade - Com Swap e Operações de Mercado Aberto

Tipo de Rentabilidade	Dez/2006		Dez/2007		Abr/2008	
	R\$ bilhões	%	R\$ bilhões	%	R\$ bilhões	%
Prefixados	395,04	34,25	456,97	32,86	414,32	28,29
Taxa Selic	439,88	38,13	448,63	32,26	468,06	31,96
Índices de Preços	246,43	21,36	321,65	23,13	336,72	22,99
Câmbio ⁽¹⁾	(12,05)	(1,04)	(28,00)	(2,01)	(26,41)	(1,80)
TR	24,19	2,10	25,62	1,84	26,03	1,78
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	1.093,49	94,80	1.224,87	88,08	1.218,72	83,20
Oper. Mercado Aberto	60,03	5,20	165,81	11,92	246,01	16,80
Até 1 mês	5,80	0,50	(1,46)	(0,10)	52,52	3,59
Mais de 1 mês	54,23	4,70	167,27	12,03	193,49	13,21
Total	1.153,52	100,00	1.390,68	100,00	1.464,73	100,00

Fonte: Relatório Mensal da Dívida Pública Federal - Abril 2008. STN/MF. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Valor de referência para ajuste de swap foi incorporado ao estoque de cambiais.



ANEXO

ORÇAMENTOS, 2003-2007

Despesas Primárias e Resultado da União

Discriminação	Realizado					2008					Variações do Decreto 6.468 em Relação a							
	2003	2004	2005	2006	2007	Proposta		Lei		Decreto 6.439		Decreto 6.468		Realizado 2007	Lei 2008	Decreto 6.439		
	% PIB					R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões				
TOTAL DAS DESPESAS	15,41	15,82	16,67	17,37	18,00	519.026,8	18,91	518.014,2	18,37	516.394,9	18,20	530.032,3	18,61	69.361,8	12.018,1	13.637,4		
Pessoal e Encargos Sociais	4,51	4,36	4,34	4,55	4,60	130.029,9	4,74	126.855,0	4,50	126.855,0	4,47	134.443,7	4,72	16.857,8	7.588,7	7.588,7		
Benefícios da Previdência	6,19	6,48	6,80	7,10	7,24	198.702,5	7,24	199.432,0	7,07	200.379,8	7,06	200.149,3	7,03	14.855,8	717,2	(230,5)		
Demais Despesas Vinculadas ao Salário Mínimo	0,87	0,88	0,96	1,14	1,23	34.374,5	1,25	34.747,1	1,23	36.658,9	1,29	36.774,1	1,29	5.349,2	2.027,1	115,2		
Abono e Seguro Desemprego	0,50	0,49	0,53	0,64	0,70	19.125,9	0,70	19.337,9	0,69	21.056,9	0,74	21.172,1	0,74	3.215,4	1.834,2	115,2		
Lei Orgânica de Assistência Social	0,27	0,30	0,35	0,41	0,45	13.430,7	0,49	13.516,5	0,40	13.747,8	0,48	13.747,8	0,48	2.181,3	231,3	-		
Renda Mensal Vitalícia	0,11	0,10	0,08	0,08	0,07	1.817,9	0,07	1.892,7	0,07	1.854,2	0,07	1.854,2	0,07	(47,5)	(38,5)	-		
Compensação Estados Exportadores ICMS	0,23	0,22	0,24	0,17	0,15	3.900,0	0,14	3.900,0	0,14	3.900,0	0,14	5.200,0	0,18	1.300,0	1.300,0	1.300,0		
Outras Despesas Obrigatorias	0,55	0,42	0,65	2,08	0,52	18.516,7	0,67	17.407,0	0,62	32.342,6	1,14	32.634,3	1,15	19.357,1	15.227,3	291,6		
Subsídios e Subvenções	0,31	0,25	0,43	0,35	0,38	10.191,0	0,37	9.079,1	0,32	10.541,0	0,37	11.002,3	0,39	1.268,5	1.923,2	461,3		
Sentenças Judiciais - Demais	0,06	0,05	0,04	0,04	0,05	1.783,6	0,06	1.783,6	0,06	1.783,6	0,06	1.783,6	0,06	487,2	0,0	0,0		
Fundef/Fundeb - Complementação	0,04	0,03	0,03	0,02	0,08	3.137,2	0,11	3.137,2	0,11	3.174,0	0,11	3.174,0	0,11	1.154,7	36,8	-		
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176,7	0,01	176,7	0,01	176,7	0,01	176,7	0,01	99,5	-	-		
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	250,8	0,01	250,8	0,01	239,5	0,01	241,9	0,01	75,4	(8,9)	2,4		
FDA / FDNE/SUDAM/SUDENE	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	-	-	-	-	1.442,6	0,05	1.442,6	0,05	1.157,8	1.442,6	-		
Indenizações - Progra	0,00	0,00	0,04	0,02	0,00	209,3	0,01	209,3	0,01	209,3	0,01	-	-	-	(209,3)	(209,3)		
Fundo Constitucional do DF	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	579,3	0,02	581,5	0,02	579,3	0,02	579,3	0,02	130,8	(2,2)	-		
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	11.041,1	0,39	11.107,3	0,39	11.107,3	11.107,3	66,2		
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Fabricação de Cédulas e Moedas	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	-	-	-	-	634,1	0,02	634,1	0,02	126,3	634,1	-		
FGTS	0,12	0,09	0,15	0,13	0,08	1.933,7	0,07	1.933,7	0,07	2.269,4	0,08	2.238,7	0,08	250,7	305,0	(30,7)		
Transferência Agência Nacional de Águas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,4	0,00	28,4	0,00	25,3	0,00	27,0	0,00	0,5	(1,4)	1,7		
Anistados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	226,7	0,01	226,7	0,01	226,7	0,01	226,7	0,01	74,1	-	-		
Ajuste Caixa/Competência	-0,01	-0,05	-0,09	-0,04	-0,13	-	-	-	-	-	-	-	-	3.424,3	-	-		
Legislativo/Judiciário/MPU	0,16	0,19	0,19	0,21	0,21	6.613,8	0,24	6.482,1	0,23	6.260,4	0,22	6.334,8	0,22	1.074,3	(147,4)	74,4		
Discricionárias - Executivo	2,90	3,27	3,48	3,66	4,06	126.889,3	4,62	129.191,0	4,58	109.998,1	3,88	114.496,2	4,02	10.567,6	(14.694,9)	4.498,0		
Discricionárias	3,02	3,40	3,78	3,81	4,44	109.152,8	3,98	115.366,8	4,09	96.173,9	3,39	100.672,0	3,53	(12.959,2)	(14.694,9)	4.498,0		
Ajuste Caixa/Competência	-0,12	-0,13	-0,35	(0,27)	-0,58	-	-	-	-	-	-	-	-	14.804,3	-	-		
Projeto Piloto de Investimento	0,00	0,00	0,04	0,12	0,20	13.825,0	0,50	13.824,2	0,49	13.824,2	0,49	13.824,2	0,49	8.722,5	-	-		
DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-0,03	0,02	0,04	(0,05)	0,06	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.613,8)	-	-		
PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE																		
COM PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTO	2,28	2,56	2,48	2,08	2,32	46.561,3	1,70	45.586,3	1,62	48.610,4	1,71	48.848,5	1,71	(10.590,3)	3.262,2	238,0		
SEM PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTO						2,53	2,20	2,52	2,20	59.410,5	2,11	62.434,6	2,20	62.672,7	2,20	(1.867,8)	3.262,2	238,1
PRIMÁRIO ESTATAIS FEDERAIS	0,56	0,60	0,73	0,70	0,47	17.840,7	0,65	21.146,5	0,75	18.446,6	0,65	18.516,9	0,65	6.608,3	(2.629,5)	70,3		
<i>Memorando:</i>																		
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA	(1,44)	(1,65)	(1,75)	(1,80)	(1,75)	(41.639,3)	(1,52)	(37.692,0)	(1,34)	(40.464,1)	(1,43)	(38.117,6)	(1,34)	6.764,1	(425,5)	2.346,6		
AJUSTE METODOLÓGICO (Recebíveis de Itaipu)	0,14	0,11	0,12	0,07														
PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE SEGUNDO BACE	2,70	2,80	2,20	2,32														
PRIMÁRIO ESTATAIS FEDERAIS SEGUNDO BACEN	0,46	0,61	0,58	0,47														

Fonte: Secretarias de Orçamento Federal (SOF/MPO). Elaboração dos autores.